

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

MARCELO BARROS CARNEIRO

Trabalho de Graduação Individual – TGI

***Território e financeirização: a internacionalização
recente dos bancos brasileiros na América Latina***

Orientador: Prof. Fabio Betioli Contel

São Paulo

2022

MARCELO BARROS CARNEIRO

**Território e financeirização: a internacionalização recente dos bancos
brasileiros na América Latina**

Trabalho de Graduação Individual (TGI)
apresentado ao Departamento de Geografia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas, da Universidade de São Paulo, como
parte dos requisitos para obtenção do título de
Bacharel em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Econômica

Orientador: Prof. Dr. Fábio Betioli Contel

São Paulo

2022

DEDICATÓRIA

À Vera Regina, Maurílio e Verônica, minha base, por todo amparo e amor.

À Melissa, pelo companheirismo, apoio e carinho diários.

É com muita consideração que dedico este trabalho a vocês.

RESUMO

CARNEIRO, Marcelo Barros. Território e financeirização: a internacionalização recente dos bancos brasileiros na América Latina. Trabalho de Graduação Individual (TGI) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

O presente trabalho se propôs a estudar a faceta geográfica da internacionalização dos bancos brasileiros na América Latina a partir da década de 1990 – quando o sistema bancário brasileiro passou por uma profunda reestruturação fundada na desregulamentação e no liberalismo econômico –, mas com ênfase no período mais recente, entre 2015 e 2020. A financeirização, um processo econômico, mas também político, social e espacial, oriundo da combinação de desregulamentação, dos avanços tecnológicos atrelados à informação e às telecomunicações informatização e da globalização das finanças, elevou o capital financeiro à centralidade da economia capitalista. Nesse contexto, os bancos, agentes protagonistas no sistema financeiro e na financeirização, se internacionalizaram, extrapolaram o plano nacional e expandiram-se para o exterior. No que diz respeito à inserção das instituições bancárias brasileiras na América Latina, o que se pôde observar é que o Banco do Brasil permanece como o banco brasileiro de maior expressão, com investimentos nas formas de agências, escritórios de representação e subsidiárias, enquanto o Itaú/Unibanco deu seguimento à estratégia de inserção internacional pela via das subsidiárias, alargando sua envergadura na região e o BTG Pactual de maneira surpreendente, ainda que praticamente restrito à forma das subsidiárias, se tornou o maior banco brasileiro com subsidiárias na América Latina ao superar o Itaú/Unibanco em 2017 e o Banco do Brasil em 2020.

Palavras-chave: financeirização; internacionalização bancária.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Expansão internacional do Banco do Brasil entre 1960-1980_____50/51

Quadro 2. Localização das dependências e participações societárias dos bancos selecionados no exterior em 2000_____61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Brasil: Evolução quantitativa de instituições estrangeiras no sistema bancário_____46

Tabela 2. Brasil: Evolução quantitativa de instituições estrangeiras no sistema bancário, por país (2000 a 2020)_____47

Tabela 3. Número de agências, escritórios e subsidiárias do Banco do Brasil, do Itaú/Unibanco e do BTG Pactual nas regiões mundiais nos anos de 2015, 2017 e 2020_____61

Tabela 4. Número de subsidiárias de bancos nacionais em países latino-americanos (2015-2020)_____62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Regiões com dependências e/ou participações societárias de bancos brasileiros no exterior entre 2005 e 2010_____59

Gráfico 2. Países latinoamericanos com dependências e/ou participações societárias de bancos brasileiros em 2005_____60

Gráfico 3. Países latinoamericanos com dependências e/ou participações societárias de bancos brasileiros em 2010_____60

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. O PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO DA SOCIEDADE E DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	8
1.1 <i>Financeirização: algumas definições gerais</i>	8
1.2 <i>Finanças e geografia: a dimensão espacial da financeirização</i>	18
1.3 <i>Os aspectos perversos da globalização: desigualdades social e espacial</i>	24
1.4 <i>Financeirização no Brasil</i>	28
2. A ESTRUTURA BANCÁRIA BRASILEIRA: ASPECTOS PRINCIPAIS	35
2.1 <i>Breve histórico da estrutura bancária brasileira</i>	35
2.2 <i>Reestruturação bancária dos anos 1990</i>	44
3. INTERNACIONALIZAÇÃO BANCÁRIA BRASILEIRA	48
3.1 <i>Internacionalização do sistema bancário nacional: abertura para instituições bancárias estrangeiras</i>	48
3.2 <i>Internacionalização dos bancos brasileiros no exterior</i>	52
3.2.1 <i>Banco do Brasil</i>	53
3.2.2 <i>Itaú/Unibanco</i>	55
3.2.3 <i>BTG Pactual</i>	58
3.3 <i>Análise da internacionalização bancária a partir dos dados do Banco Central</i>	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69

Introdução

A política econômica nacional dos anos 1990 ensejou alguns bancos nacionais a forjar uma estratégia explícita de expansão pela via da internacionalização. Esse período é marcado por alterações estruturais do sistema bancário brasileiro atreladas a um processo maior de financeirização do território, o qual, por sua vez, repercute em território nacional a eminência da hegemonia das finanças no capitalismo contemporâneo.

O presente trabalho se propõe a estudar a internacionalização recente dos bancos brasileiros na América Latina, sob um viés geográfico. Para tanto, procuramos investigar a evolução desse processo até os dias atuais, buscando analisar a topologia bancária que deriva desta internacionalização, assim como as estratégias de localização dos bancos brasileiros que buscam se instalar em outros territórios latinoamericanos.

No primeiro capítulo, buscou-se traçar um panorama geral do processo de financeirização e a perspectiva propriamente geográfica do fenômeno, tanto no plano global como no âmbito do Brasil. Desse levantamento preliminar, algo que se percebe é que em muitos trabalhos o sistema bancário, não é considerado por muitos autores (na economia, na geografia, no urbanismo) como uma variável da financeirização propriamente dita.

Essa pesquisa, de outra forma, parte da premissa de que os bancos são um dos principais agentes do sistema financeiro brasileiro e a lógica da atuação dessas instituições constitui um elemento importante da financeirização do território brasileiro. Nesse passo, o capítulo 2 foi reservado para o exame da estrutura bancária brasileira, num primeiro momento atido ao resgate histórico do sistema bancário nacional para, na sequência, tratar com ênfase do processo de reestruturação bancária dos anos 1990, período de transformações sistêmicas determinantes para a expansão geográfica nacional e internacional das instituições bancárias brasileiras, bem como para o ingresso de bancos estrangeiros no território nacional. Por fim, o último capítulo dedica-se à discussão central da pesquisa a respeito da internacionalização recente dos bancos brasileiros na América Latina, composta por contribuições teóricas e tratamento de dados empíricos.

Capítulo 1 – O processo de financeirização da sociedade e do espaço geográfico

A crise do modelo capitalista sedimentado no pós-Segunda Guerra suscitou um processo de alterações estruturais favoráveis ao setor financeiro, dada a tamanha envergadura que atingiram o cerne do sistema, o regime de acumulação de capital. Este processo reverbera não apenas na ordem econômica, mas na sociedade como um todo, incluindo sua dimensão espacial. Dessa forma, a financeirização, um fenômeno que começa nos anos 1970 e se torna global ao passar das décadas, pode ser encarada como um ponto de inflexão na história da economia capitalista em função da transformação sistêmica que provocou (LAPAVITSAS, 2009).

A partir da concepção de que a nova ordem financeira repercute na sociedade como um todo, pretende a Geografia aproximar-se às finanças por meio da análise dos efeitos do fenômeno da financeirização em termos espaciais, como mostra, por exemplo, Contel (2020).

Neste capítulo, buscou-se, em primeiro lugar, reunir as abordagens teóricas mais amplas acerca da financeirização para, num segundo momento, tratar da aproximação da Geografia com o fenômeno, desvendando suas lógicas espaciais. Constituída uma base teórica do fenômeno em escala global, passamos, por fim, à análise da financeirização do território brasileiro Brasil.

1.1 Financeirização: algumas definições gerais

As principais contribuições relativas ao estudo do fenômeno da financeirização vem de trabalhos de economistas e geógrafos franceses, anglo-saxões e brasileiros. Para a execução desta pesquisa, da escola francesa, contamos com as leituras das contribuições dos economistas François Chesnais e Robert Guttman, que propuseram o termo “capitalismo baseado nas finanças” para entender o período contemporâneo (sob a ótica da escola de regulação francesa). Da escola anglo-saxã, podemos destacar as contribuições de Costas Lapavitsas, economista grego da Universidade de Londres, e do geógrafo anglo-americano David Harvey. A contribuição brasileira foi identificada a partir da leitura dos economistas Miguel Bruno e Ricardo Caffé e dos geógrafos Milton Santos, María Laura Silveira, Fabio Contel e Marina Montenegro.

Segundo Chesnais (2002), o *regime de acumulação com dominação financeira* resulta da conquista de autonomia do setor financeiro na economia capitalista. O autor comenta que muitos estudos indicam a confirmação da hipótese de que a ascensão do

capital de aplicação financeira implicou a sucessão do regime “fordista”, organizado na esfera produtiva, para o “regime de acumulação financeirizado”, de predominância da esfera financeira. Contudo, embora reconheça que a eminência do capital financeiro constitui a base do novo momento do capitalismo, mantém-se cético em relação à afirmação de que está em curso um regime plenamente financeirizado em nível global, sólido em relação aos compromissos sociais e políticos que o fundam. Reconhece-se, reitera-se, que desde 1970, mas sobretudo na década de 1980, a valorização do capital financeiro enquanto vetor orientador das principais grandezas macroeconômicas (consumo, investimento e emprego), de tal forma ascende à fração dominante do capital e, com efeito, que comanda as formas e ritmos da acumulação (CHESNAIS, 2001, 2002).

Independentemente do nome atribuído ao novo capitalismo – se “capitalismo patrimonial”, “regime de crescimento dirigido pelas finanças” ou “regime de acumulação dominado pelas finanças” –, é certo que este novo atributo do capitalismo, a financeirização, promoveu mudanças qualitativas no sistema econômico e social, a ponto de ser pertinente concluir que sob este novo regime, o *capitalismo é dirigido pelas finanças* (GUTTMANN, 2008). Trata-se de um processo complexo, em que se identifica “o aumento do papel dos motivos financeiros, mercados financeiros, atores financeiros e instituições financeiras nas operações das economias nacionais e internacionais” (EPSTEIN *apud* GUTTMANN, 2008, p.12).

Segundo Guttman (2008), o capitalismo dirigido pelas finanças é um produto das mudanças estruturais do *modus operandi* das finanças e da globalização. A combinação de desregulamentação, globalização e informatização provocou a transformação de um sistema controlado, nacionalmente organizado e centrado nos bancos comerciais num sistema auto-regulamentado, globalmente organizado e centrado nos bancos de investimentos. A criação dos fundos de investimento favoreceu a mudança de preferência das finanças indiretas dos bancos comerciais, que recebem depósitos e fazem empréstimos, para o mercado financeiro. Inovações em termos de novos produtos financeiros impulsionaram a mudança estrutural do sistema financeiro, mas revelaram também tendências desestabilizadoras em função de envolver alto grau de risco, alavancagem e maior suscetibilidade à formação de bolhas de ativos. A grosso modo, a crise de 2008 escancarou essa realidade.

Lapavistas (2009a) propõe que a crise capitalista dos anos 1970, além de pôr fim ao keynesianismo do pós-guerra e substituí-lo pelo neoliberalismo, suscitou principalmente dois processos: 1. uma revolução tecnológica associada à informação e às

telecomunicações, de um lado; e 2. um generalizado processo político de profundas mudanças institucionais, cuja maior expressão é a desregulamentação da economia, sobretudo dos mercados de trabalho e do sistema financeiro. É nesse contexto que se insere a financeirização¹. Se a acumulação real passava por um período de crescimento ínfimo, era extraordinário o crescimento das atividades financeiras, cujo alargamento gerou o aumento da importância das instituições financeiras e do mercado financeiro (LAPAVITSAS, 2009a).

No texto *Theorizing financialization*, o autor analisa a financeirização sob o ângulo da relação entre produção e finanças, mais especificamente entre declínio da performance produtiva e expansão das finanças. À luz da economia política marxista, define o fenômeno como “transformação sistêmica da economia capitalista” assentada em três principais características que a particulariza: financeirização de empresas essencialmente não-financeiras, o que alterou a relação destas com os bancos; transformação dos bancos, no sentido de que, viabilizadas pelo desenvolvimento tecnológico, as operações relacionadas à mediação financeiras conquistaram relevância colossal na lucratividade dos bancos; aos trabalhadores, inseridos na financeirização por intermédio dos empréstimos e da obtenção de ativos financeiros, observa-se também estagnação do valor do salário e a financeirização da renda, em grande parte reflexo da privatização de serviços básicos como de habitação, saúde, educação e seguridade social, e da expropriação financeira² (LAPAVITSAS, 2009b).

¹ Para o autor, três são os aspectos mais relevantes atrelados à financeirização: (1) oscilações em termos de produtividade, que até a década de 1990 foi problemática, depois de 1995 obteve retornos significativos mas restritos à indústria de microprocessadores e ao aumento da importância do setor de serviços e na década de 2000 voltou a enfrentar dificuldades; (2) alterações no campo do trabalho em função das inovações tecnológicas e das mudanças regulatórias, que implicaram no crescimento do desemprego, do trabalho informal, bem como da intensificação do trabalho (que em termos marxistas compreenderia o aumento do trabalho não pago e, por conseguinte, a ampliação da mais-valia); e (3) o deslocamento global da produção, especialmente através de processos de fusão e aquisição, e, assim, o papel cada vez mais dominante das empresas multinacionais na economia (LAPAVITSAS, 2009, pp.124-126).

² Trata-se de um dos efeitos da financeirização, quando os bancos criam uma nova forma de produzir lucro que mira e atinge diretamente a renda individual dos trabalhadores. Os bancos criam serviços financeiros sobre as transferências atinentes à receita pessoal (LAPAVITSAS, 2009b, p.623; 2009a). Para Assis (2017) consiste na extração e apropriação do salário pelo capital bancário para ser revertido em capital portador de juros, a ser negociado no mercado de comércio de dinheiro. Segundo a autora, a utilização de crédito também causa expropriação financeira também. Nesse sentido, a autora aponta o “esquema perverso alicerçado pelo crédito, pautado na expropriação financeira, provoca (...): a) a submissão dos trabalhadores aos bancos, uma vez que grande parte do salário passa a ser canalizada para pagar juros pelos empréstimos adquiridos; b) formas de extrair uma quantidade maior de mais-valia, à medida que controla o dinheiro dos trabalhadores para ser transformado em capital (fato que lhe permite aumentar a exploração da força de trabalho); c) um amplo processo de endividamento dos trabalhadores e, conseqüentemente, um progressivo empobrecimento” (ASSIS, 2017, p.57).

Estes fenômenos acima descritos foram em grande parte tratados por Harvey (2017) a partir do conceito de “acumulação flexível”. Com a crise capitalista do final da década de 1960 e início de 1970, a rigidez do fordismo e do keynesianismo (que constituíam um sistema sedimentado na tríade “grande capital”, “grande governo” e “grande trabalho”) se converteu num empecilho à acumulação de capital. O ano de 1973 é o auge da crise de “estagflação”, ano marcado pelo choque do petróleo e a política da Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP e pelo colapso de Bretton-Woods, acordo sobre o qual se assentava o sistema financeiro internacional.

O efeito mais contundente destas transformações foi a reorganização do sistema financeiro global e a constituição de imensos poderes de coordenação financeira. Segundo Harvey (2017, p.152):

“Mais uma vez, houve um movimento dual; de um lado, para a formação de conglomerados e corretores financeiros de extraordinário poder global; e, de outro, uma rápida proliferação e descentralização de atividades e fluxos financeiros por meio da criação de instrumentos e mercados financeiros totalmente inéditos.”

O agravamento da recessão econômica precipitou o solapamento do regime fordista. Em decorrência, ainda nos anos 1970, mas também na década seguinte, assistiu-se, nos países centrais, a um período agitado de reestruturação econômica e reajustamento social e político, de tal sorte que começou a tomar forma um novo sistema de regulamentação política e social, que viria a configurar um novo regime de acumulação. O autor atribui a qualidade de “flexível” em razão de se apoiar na flexibilidade do trabalho, da produção e do consumo (HARVEY, 2017).

Na ótica de Bruno & Caffé (2017), a financeirização é o período no qual predominam as alocações financeiras na macroeconomia, em detrimento das alocações produtivas (que são desestimuladas). Como consequência mais grave, a perda da autonomia dos Estados nacionais em relação às suas atribuições intrínsecas, como, por exemplo, formular a política econômica, para o mercado e o setor privado. O Estado sujeito a essa lógica caracteriza-se pela “subordinação de governos e administrações públicas aos interesses da alta finança” (BRUNO; CAFFÉ, 2017, p.1041).

Montenegro (2017) compõe um sólido arcabouço teórico para discutir o conceito de financeirização, definindo-a como um processo em que o capital financeiro eleva-se à centralidade da estrutura da econômica em função das novidades técnicas e da política, configurando uma nova fase do capitalismo, no qual o regime de acumulação passou a ser regido pelas finanças. Trata-se de processo que fez emergir a nova fase do capitalismo,

particular às demais em função da convergência entre financeirização, globalização e neoliberalismo. Esse arranjo foi responsável pela constituição das finanças como campo autônomo da acumulação de capital e pela reestruturação da economia global em benefício da hegemonia dos agentes financeiros. A centralidade atribuída às finanças significa a transferência de importância dos circuitos primários, secundários e terciários, ligados à produção e ao consumo, para o quaternário do capital, atrelado à especulação. A aproximação entre setor produtivo, setor comercial e as instituições financeiras leva a uma crescente interdependência dentro do circuito superior da economia, mas que, na verdade, reflete muito mais a imersão dos segmentos produtivo e do comércio no universo financeiro e os consecutivos processos de financeirização ao qual se submeteram.

Se a globalização acarreta a mundialização do capital, isso representa, no limite, a globalização da acumulação financeira e de suas condições. A propagação da globalização financeira dependeu do impulso das tecnologias da informação e da comunicação, disponibilizadas pelo novo sistema técnico (MONTENEGRO, 2017).

Com a financeirização, o setor financeiro se torna o centro da economia capitalista, “o verdadeiro regulador da economia internacional” (SANTOS, 2006, p.138). Na perspectiva de Santos (2006), as finanças se tornam globais e o motor da economia internacional em função da conjugação de multinacionalização e transnacionalização. Estas, por seu turno, derivam das condições proporcionadas pela aliança de técnica e de política: de um lado, a revolução técnica da informática e das telecomunicações; e, de outro, a abertura proporcionada pela desregulamentação.

A multinacionalização decorre da sujeição dos sistemas financeiros nacionais à lógica da globalização financeira. As operações internacionais de ações e obrigações dos países centrais e os empréstimos internacionais por eles concedidos tornam-se substanciais. Para tanto, o surgimento de novos centros e praças financeiras espalhados pelo globo revelam o processo de transnacionalização (SANTOS, 2006).

As bolsas adquirem extensão e cobertura planetárias, e o mercado financeiro como um todo passa a se localizar em todos os continentes. “O crescimento do setor é espetacular”. O setor financeiro conquista autonomia e ultrapassa em 40 vezes a importância do comércio de mercadorias: “Cada vez que se troca 1 dólar de mercadoria, trocam-se 40 dólares no mercado financeiro” (SANTOS, 2006, p.137).

A mais-valia passa a ser operada no nível do mundo e em todos os lugares. As instituições financeiras tornam-se responsáveis pela circulação da mais-valia e os bancos que operam globalmente incorporam e unificam a mais-valia. As grandes corporações, os

grandes atores do capitalismo contemporâneo, trabalham direta ou indiretamente com a mais-valia, reitera-se, a nível mundial. Diante disso, assume-se que as grandes organizações realizam a mais-valia hegemônica (SANTOS, 2006).

À vista do que foi exposto, observa-se que a financeirização pode ser entendida como o resultado da combinação de dois processos principais: um ligado aos conteúdos técnicos do espaço geográfico, e outro atrelado à política, principalmente aquela exercida e comandada pelas grandes corporações privadas. Veremos adiante que o primeiro processo é explicado pela bibliografia como a capacidade tecnológica fornecida pela revolução possibilitada pelas técnicas da informação (representada principalmente por computadores, redes de internet, smartphones, etc), que introduziu a economia, a sociedade e o espaço na era da informação a serviço do capital financeiro. O segundo – a dimensão política –, por sua vez, faz referência ao processo de reestruturação econômica neoliberal, que atravessou a economia capitalista e cada economia nacional, cada uma a seu jeito, mas que de modo geral implementou a desregulamentação da economia, as privatizações, enfim, políticas flexibilizadoras e liberalizantes.

Sobre a união entre técnica e política que marcam a gênese da financeirização e, conseqüentemente, da ascensão das finanças ao domínio da economia capitalista, Santos (2006, p.136) mostra que

“Os progressos obtidos com a conjugação da informática e das telecomunicações e as franquias abertas com a desregulação "permitiram aos operadores intervir em tempo real, vinte e quatro horas sobre vinte e quatro horas, em qualquer ponto do globo" (Ch. de Brie, 1993, p. 28) e autorizando um funcionamento contínuo das grandes praças. O mecanismo acima descrito é fortemente apoiado no sistema financeiro. Este conhece uma grande mutação, já que as novas condições técnicas e políticas ofereceram novos suportes à circulação do dinheiro.”

Para Santos & Silveira (2001), a financeirização deriva da conjunção de técnica e política. Em relação à técnica, compreende-se que a modernização instaurada a partir da década de 1970 incrementou o aparato ligado à informação ao meio técnico-científico, quando este se torna também informacional.

Montenegro (2017) identifica como primordial o papel desempenhado pela renovação do sistema técnico, responsável pela emergência de tecnologias de informação e comunicação postas a serviço da financeirização, sem as quais não obteria tamanho poder.

As bases materiais do meio técnico-científico-informacional (oriundas da revolução das tecnologias da informática e das telecomunicações) oferecem

instantaneidade à difusão de informações e, conseqüentemente, à circulação de capital, formando um universo de fluxos em tempo real entre bancos, bolsas e praças financeiras (SANTOS, 2006). A serviço das finanças, o meio técnico-científico-informacional se instala no território e sobre ele se irradia, imprimindo fluidez no espaço. Maior fluidez, aqui, vale dizer, em termos de circulação de capital em geral, mas especialmente o financeiro, o que implica, evidentemente, que o território agrava ainda mais sua sujeição aos ditames da liberdade do capital. Nessas condições, o território se torna mercado e, com a globalização, o mercado se torna global (SANTOS; SILVEIRA; 2001).

A revolução técnico científica contemporânea trouxe inovações ligadas à mídia rádio-televisiva, à rede telefônica, informática e eletrônica (SANTOS, 2006), sendo certo que uma de suas principais características é a rapidez e fluidez que se difundem geograficamente. Há uma relação direta de proporcionalidade entre a divisão do trabalho e as inovações técnico-científicas-informacionais:

“Quanto mais forte, numa área, é a divisão do trabalho, tanto mais há tendência para que esses sistemas técnicos hegemônicos se instalem. Nesses lugares, é mais eficaz a ação dos motores da economia mundializada, que incluem as instituições supranacionais, as empresas e bancos multinacionais” (SANTOS, 2006, p.117).

Ainda a respeito da relação entre revolução técnica e finanças, o que se observou foi que os produtos da “revolução eletrônica” ofereceram as condições necessárias para "o contato instantâneo entre todas as praças e estimulando a afirmação de novas técnicas e novos instrumentos financeiros" (SANTOS, 2006, p.136).

Os progressos tecnológicos da informação associadas à microeletrônica, provenientes da revolução técnica da era da informação, são a matéria-prima das atividades financeiras e bancárias e, com efeito, da financeirização (SANTOS, 2006). Os mecanismos da informação em tempo-real introduzidos na atividade financeira ligam pontos estratégicos do globo e configuram um sistema global (SANTOS, 2006)³.

Com os avanços tecnológicos em termos de informação e comunicação, a globalização financeira avançou pelo mundo e expandiu suas fronteiras. A expansão dos fluxos de dinheiro e de transações financeiras revelam que a maior mobilidade do capital

³ É nesse contexto que se insere a informatização como “novo modo dominante de organização do trabalho” (PASTRÉ apud SANTOS, 2006, p.120). A informação promove à base do poder e a transferência de informação, concentrada entre os agentes hegemônicos (as grandes corporações e a rede de empresas multinacionais), assume papel central na dinâmica do modo de produção. A concepção de mobilidade generalizada, portanto, é, na verdade, “uma mobilidade medida, controlada, prevista, que assegura aos centros de decisão um real poder sobre os outros pontos do espaço” (NAVILLE apud SANTOS, 2006, p.120).

foi ainda mais ampliada. Dessa forma, o comércio se desenvolve conectando investidores e emissores eletronicamente em redes globais (GUTTMANN, 2008)⁴.

Os efeitos da racionalidade sobre o tempo estabelecidos pelas tecnologias da informação beneficiaram as atividades financeiras, haja vista que a construção de uma rede de comunicação global e interativa interligou o planeta através de "computadores, televisões, cabos submarinos, satélites, laser, fibras óticas e as tecnologias das microplaquetas conjugadas" (BARBER apud SANTOS, 1996, p.131). Com isso, o fluxo de dinheiro é global e instantâneo, funcionando sem descanso, 24 horas por dia. Por conseguinte, os agentes financeiros atuam mobilizando capital a todo tempo e em todos os lugares.

A diversidade de instrumentos financeiros globalizados reflete a capacidade técnica de elaboração de novos produtos. Santos (2006) comenta esse aspecto da circulação de capital sob a égide financeira nos seguintes termos:

“Mas o dinheiro pode, também, circular com outras formas, como moeda estrangeira, cheque, cartão de crédito local, nacional, internacional, duplicatas, notas promissórias, bônus, ações, obrigações, debêntures, warrants, aplicações, fundos, open e over, certificados e tantos outros produtos. Aliás, umas das formas superiores de inteligência financeira é, atualmente, a capacidade de inventar novos produtos” (SANTOS, 2006, p.87).

Depois da exposição de alguns argumentos ligados à questão dos conteúdos técnicos em sua relação com o espaço geográfico e com as finanças, detenho-me agora no âmbito político da financeirização. A política, por sua vez, em âmbito nacional e internacional, através das organizações internacionais, impõe normas de desregulamentação e demais políticas liberalizantes, que garantem a cobertura político-jurídica às condições necessárias à maior liberdade do capital pelo território (SANTOS; SILVEIRA; 2001).

Nesse sentido, é somente devido à justaposição com o processo de desregulamentação que se origina “a chamada “era das telecomunicações”, baseada na combinação entre a tecnologia digital, a política neoliberal e os mercados globais” (SANTOS, 2006, p.120).

⁴ De acordo com Santos (2006), o que está por trás da sistematização e estandardização impostas pelas novas tecnologias da informática é um pensamento calculante que invade as esferas da vida e do cotidiano de tal maneira que expõe “o domínio da lógica matemática sobre a lógica da história” (SANTOS, 2006, p.122). As práticas inseridas na lógica desta racionalidade globalizada usurpam, inclusive, as formas de pensar e organizar as cidades, a vida urbana, e aceleram a vida forçando comportamentos cada vez mais ritmados. Note-se que esta racionalidade, além de econômica e social, também se estende pelo território.

A economia mundial atravessou um processo de reestruturação que favoreceu o sistema financeiro internacional. Assim, a força das finanças é impulsionada e amplia seu raio de atuação e incidência através de processos de desregulamentação financeira que permeiam diversas economias nacionais (MONTENEGRO, 2017).

O regime de regulamentação do sistema financeiro internacional do pós-guerra, o sistema de Bretton-Woods, ruiu em 1973. Na década seguinte, a doutrina do livre-mercado e os consequentes processos de privatização e desregulamentação da economia (em especial do setor bancário) foram instituídos pela contrarrevolução conservadora de Reagan e Thatcher. Dos Estados Unidos para a Europa e nas décadas de 80 e 90, finalmente, forçado para o mundo, para as economias emergentes, que encaravam crises monetárias e bancárias, e para os países em desenvolvimento, que sofriam com a conjuntura da crise da dívida. Em suma, conformou-se como um processo global, observada a importância dos organismos internacionais, sobretudo FMI e OMC, mas também outros acordos multilaterais, blocos econômicos, etc, para a configuração de um arranjo institucional global arraigado na liberalização internacional das movimentações de capital, principalmente o financeiro (GUTTMANN, 2008).

De fato, segundo Harvey (2014), o Estado neoliberal ampara a liberdade de negócios e corporações através de um arcabouço institucional de livre mercado e livre comércio. É primordial que se construa um crescente ambiente de mobilidade do capital entre setores, regiões e países, cada vez mais fluida, isenta de barreiras. Sob esta lógica, o poder público abre mão e transfere setores antes regulados à iniciativa privada. Evidentemente que o resultado é a desregulamentação.

“A desregulamentação permitiu que os bancos se expandissem a novas áreas geográficas e ampliassem as opções de serviços que ofereciam” (GUTTMANN, 2008, p.17). As instituições financeiras transformaram-se em conglomerados financeiros do tipo “faz-tudo”, objetivando diversificar os produtos e serviços financeiros oferecidos e as economias e mercados em que participam. Os grupos financeiros são transnacionais, o que faz das finanças um fenômeno globalizado. Os processos de liberalização se espalharam pelo mundo e conformaram a globalização financeira. Com efeito, os fluxos de capital internacional escalaram.

A ação das firmas financeiras no contexto de aceleração da circulação das finanças, de acordo com Santos (2006), expressa as “três unicidades” inerentes a este processo: unicidade técnica, unicidade do tempo e unicidade do motor. A unicidade técnica refere-se ao novo suporte técnico atrelado sobretudo às novas tecnologias da

informação que permitem a conexão global entre regiões produtivas. A unicidade do tempo diz respeito à instantaneidade, ao “tempo-real”, que confere simultaneidade de eventos geograficamente distantes, mas que podem ser conhecidos ao mesmo tempo. Por fim, a unicidade do motor, que representa a nova topologia das grandes corporações desencadeada pela globalização produtiva, em função do que a mais-valia também se torna global.

As grandes organizações a nível mundial comandam as técnicas produtivas de informação e de produtos financeiros. Altera-se a conjuntura da concorrência e da competição no seio do capitalismo. A ordem do dia é a competitividade, agora mundializada. O plexo de elementos constituidores da produção globalizada (“processos técnicos, informacionais e organizativos, normas e desregulações, lugares”), cerne da reprodução do capital firmada nestes moldes, também fundamenta a competitividade entre as empresas, estendendo-se aos países, sociedades e indivíduos (SANTOS, 2006). Evidente, portanto, o alinhamento, na verdade a transferência, da lógica da financeirização para o ambiente interno das grandes corporações que atuam nesse ramo.

Certamente a competitividade das empresas inseridas nesse contexto se estende aos Estados nacionais, que devem perseguir a conformação de um ambiente livre de barreiras à circulação de capital, sobretudo financeiro, em diversas ocasiões em prejuízo à soberania nacional e questões de interesse nacional. No concernente a este aspecto, Harvey (2014, p.76) afirma que

“Afirma-se que a privatização e a desregulamentação combinadas com a competição eliminam os entraves burocráticos, aumentam a eficiência e a produtividade, melhoram a qualidade e reduzem os custos (...). O Estado neoliberal deve buscar persistentemente reorganizações internas novos arranjos institucionais que melhorem sua posição competitiva como entidade diante de outros Estados no mercado global. (...) A soberania do Estado com relação aos movimentos de mercadorias e de capital é entregue de bom grado ao mercado global.”

Dentro dessas empresas, o objetivo corporativo passa a ser dominado pela “maximização do valor ao acionista”. Os denominados investidores institucionais (investidores menores reunidos em novos tipos de fundos para obtenção de benefícios de escala) se tornam os principais acionistas de grandes empresas no mundo e com eles se propaga uma lógica financeira nas diretorias e normas de governança corporativa – portanto na gestão empresarial – assentada em rendimentos de curto prazo (lucro trimestral). Além de trabalhar em função do preço da ação, toda uma série de medidas financeiras passam a fazer parte do plano de atuação do gerente dessas empresas, como

vendas e re-aquisições de ações, manipulação de demonstrações financeiras, uso de ações como moeda e etc. Assim, sob essa nova tendência, os lucros de curto prazo se tornaram o comando e a meta das empresas, de modo que medidas de longo prazo, visando crescimento e desenvolvimento, e que eventualmente suportam estagnações, foram sacrificadas (GUTTMANN, 2008).

Em busca do lucro de curto prazo, as fusões e aquisições através do mercado de capitais explodiram como alternativa ao investimento produtivo, o que implicou no aumento da proporção dos ativos financeiros em relação aos tradicionais investimentos na produção, inclusive se corporações não-financeiras (GUTTMANN, 2008).

Além disso, sob essa lógica, aumentou a porção da lucratividade das empresas comprometidas aos acionistas na forma de dividendos, ao passo que diminuiu a parcela destinada ao reinvestimento. Esta, por sua vez, é muitas vezes compensada com redução salarial. Em outras palavras, a transferência do lucro industrial para o lucro financeiro, ou seja, distribuído à renda da parcela rica que concentra os ativos financeiros, é suportado pela classe trabalhadora. Nesse prisma, evidencia-se que esta lógica acentua ainda mais a desigualdade da distribuição de riqueza. Como consequência do declínio salarial, observa-se a queda da rentabilidade da poupança e o aumento do endividamento do consumidor (GUTTMANN, 2008).

1.2 Finanças e geografia: a dimensão espacial da financeirização

Feito esse primeiro apanhado acerca da discussão mais geral sobre o fenômeno da financeirização, para o qual foram utilizados trabalhos de economistas e geógrafos, podemos agora nos deter mais de perto à dimensão espacial deste processo. Para tanto, debruço-me a partir de agora sobre o universo da geografia, com a finalidade de estreitar o olhar para os desdobramentos da financeirização em termos espaciais.

A revisão bibliográfica mostra que a geografia avançou sobre o estudo das finanças principalmente ao longo do século XX, mas ainda de maneira relativamente tímida, ao menos até as décadas de 1980 e 90. Além disso, num primeiro momento, valorizou uma abordagem empírica e descritiva, ainda muito contida no paradigma homem/natureza, para, num segundo momento, empregar um olhar sistemático particular às finanças, tratando-a como um tema autônomo.

Contel (2016) traça um panorama da progressão do estudo das finanças no campo da ciência geográfica francesa e brasileira, tendo em vista a influência daquela sobre esta.

A obra de Jean Labasse “*Les Capitaux et la Région. Étude Géographique. Essay sur le commerce et la circulation des capitaux dans la région lyonnaise*”, de 1955, é o primeiro enfrentamento da geografia francesa em relação às finanças que escapa da abordagem tradicional fundada no paradigma empirista da relação homem/natureza (que parte de conceitos como “gênero de vida” e “paisagem”)⁵. Com isso, inaugurou a sistematização do tema das finanças na ciência geográfica⁶ (CONTEL, 2016, pp.62-63).

De acordo com Contel (2020), o debate da geografia sobre as finanças nos séculos XIX e XX, além de raros, se desenvolveram sob o viés empírico e descritivo e, por esta razão, detinham-se nas repercussões espaciais visíveis e mapeáveis das atividades econômicas em geral (como agricultura, transporte, indústria, mercado, etc).

Labasse, então, rompeu com a noção de incompatibilidade entre finanças e base material visível: o fato de fundar-se na fluidez e na mobilidade não exclui a concomitante relação intrínseca com redes (urbanas, por exemplo), infraestruturas (ferroviária, naquela ocasião, rodoviária, aérea, submarina, via satélite, por fibra ótica, de hoje) e concentrações de fatores econômicos no espaço geográfico (CONTEL, 2020).

Labasse analisou o processo de centralização de capital em curso na França decorrente (1) da concentração bancária em Paris e (2) da difusão das finanças da metrópole parisiense para o restante da França, procedida através da instalação de agências e *guichês* bancários em locais onde os agentes financeiros antes não alcançavam. Os efeitos, a centralização do capital e a racionalização do espaço e da temporalidade do território, acarretavam o processo de hipertrofia do poder da metrópole parisiense sobre o território francês. Por esta razão, considerou essencial, em resistência a essa tendência, que se mantivesse o controle local sobre os bancos regionais franceses, pois estes estabeleciam relações orgânicas e íntimas com o entorno regional e seus recursos eram

⁵ Fica evidente a influência da abordagem tradicional ainda em Labasse quando considera as finanças um fator que contribui para fixar o homem na paisagem. Na realidade, a obra de Labasse, paradoxalmente, quando do tratamento das finanças, tanto reproduziu a perspectiva tradicional, quanto lançou mão de inovações conceituais para a época, que acarretaram no início do processo de sistematização das finanças do ponto de vista geográfico (CONTEL, 2016, p.63).

⁶ O tema das finanças já havia sido abordado pela geografia francesa, mas de modo tangencial, portanto desprovido de um tratamento sistemático, por três autores. Exemplos desse primeiro movimento são trabalhos como o de Jean Dresch (que identificou nos investimentos internacionais uma variável relevante para o estudo do colonialismo); a obra *Les Marchés de Matières Premières*, de Jean Gottmann, de 1957, produto da constatação do autor de que as principais praças financeiras desenvolveram-se nos locais que eram pontos importantes para comércio internacional de produtos primários e, logo, que demandavam instrumentos financeiros; e, por fim, Michel Rochefort, que acrescentou a rede bancária para a delimitação das áreas de atuação e polarização dos aglomerados urbanos, tendo em vista que, nessa perspectiva, as cidades constituem-se de fluxos de pessoas, bens, serviços e informações (CONTEL, 2016, pp.60-61).

drenados para reinvestimento local, contribuindo para o desenvolvimento regional, e não canalizados para a metrópole nacional (CONTEL, 2016).

Nesse bojo o autor elaborou o conceito de “regionalismo bancário”, a feição da atividade bancária na região. Sua importância é reflexo de um conjunto de fatores, como a estrutura bancária, a ação dos agentes bancários e seus desdobramentos em termos de variações nos créditos, depósitos e investimento, e da distribuição da rede de agências e guichets bancários no espaço (CONTEL, 2016).

Já na obra “*L’Espace Financier. Analyse géographique*”, de 1974, Labasse debruçou-se de fato sobre a espacialidade das funções financeiras. Expandiu a escala de análise para o mundo e sob análise do capitalismo dos anos 1970 e “o desenvolvimento espacial das funções financeiras”, e, assim, compreendeu a emergência de “grandes praças financeiras” e “cidades financeiras”, caracterizadas pela polarização econômica, que significa a concentração de atividades econômicas e agentes financeiros – como empresas, financeiras ou não financeiras, bolsas de comércio e bolsas de valores –, e pelo controle regional da “função financeira” através de infra-estruturas e equipamentos regionais dispostos para a mobilidade do capital. Esta dinâmica define a fisionomia financeira da região. Criou as ideias de “região forte” e “região fraca”, determinada em função do resultado superavitário ou deficitário, respectivamente, da relação entre créditos e depósitos e população⁷ (CONTEL, 2016, p.65).

Outro trabalho importante foi o artigo “Capital e Geografia” de Pierre Monbeig, de 1957, ainda elaborado sob o prisma tradicional da geografia regional francesa da relação homem/natureza⁸. Na visão do autor, a ação bancária – e a organização financeira de modo geral – constitui uma rede de relações, passível de ser cartografada, ligadas a modos de ocupação do solo e a gêneros de vida. Inserido no campo da geografia urbana, o autor acrescentou a “lógica bancária” ao estudo da dinâmica da cidade, como um dos fatores que individualizam-na revela a lógica de circulação do dinheiro, apesar de reconhecer a pouca relevância em relação ao aspecto do visível, da paisagem (CONTEL, 2016, p.61-62).

⁷ As “regiões fortes” seriam aquelas em que os créditos concedidos teriam um valor maior que os depósitos realizados, e que por sua vez, fossem proporcionalmente maiores que as populações localizadas naquela região. Por sua vez, as “regiões fracas”, seriam aquelas em que os créditos concedidos seriam em menor quantidade do que os depósitos realizados, e que por sua vez seriam ainda menores do que o contingente populacional da região em questão (CONTEL, 2016, p.65).

⁸ Para Monbeig, a chave da explicação dos fenômenos geográficos regionais e, portanto, para o estudo da região, era atribuída ao clima, ao solo, à estrutura geológica ou à posição geográfica.

Na geografia brasileira, os trabalhos pioneiros são metodologicamente dominados pela técnica descritiva e também pelo empirismo⁹. Constata-se sensível influência da geografia francesa tanto nos pioneiros, quanto naqueles que promovem a sistematização das finanças enquanto objeto da Geografia brasileira¹⁰. Dentre os autores mais expressivos que quebraram esta tradição empirista, destacamos as contribuições de Milton Santos, o qual atribuiu nexos de causalidade entre elementos essencialmente geográficos – os “conteúdos normativos”, como normas em leis dos países, e os “conteúdos técnicos”, a infraestrutura à disposição – e a financeirização.

Santos (2006) adverte que a diversidade de instrumentos financeiros globalizados às economias nacionais são diferentes a depender do lugar. Apesar da multiplicidade de forma que o capital pode assumir a partir da globalização das finanças, a inserção geográfica é seletiva, em virtude do que a disponibilidade de determinados produtos financeiros distingue uns lugares de outros. Em outras palavras, cada lugar apresenta uma tipologia de instrumentos financeiros. Ademais, sob a perspectiva da circulação financeira, identifica-se no território áreas de densidade e áreas rarefeitas.

A financeirização da economia exprime a conformação de uma nova divisão territorial do trabalho, e é por ela influenciada. Os modos de produção concebem uma divisão do trabalho particular às suas dinâmicas. A divisão do trabalho pode ser pensada sob o prisma social e sob o prisma territorial. O primeiro refere-se à repartição do trabalho na sociedade, entre os seus integrantes. Por outro lado, a repartição espacial do trabalho – ou, em outras palavras, a “distribuição vista através da localização dos seus diversos elementos” – é objeto do que se denomina divisão territorial do trabalho (SANTOS, 1996).

A divisão do trabalho, por sua vez, “cria um tempo seu próprio”, assim, contém sua temporalidade, que consiste na dimensão temporal em que vigoram suas práticas e

⁹ Segundo Contel (2016), são considerados pioneiros os trabalhos de: Oswaldo Benjamim de Azevedo (1962), que estuda a “rede bancária” enquanto componente da função comercial da cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, e que ali se concentrava a rede bancária nacional, em condições de expansão em virtude da concentração do comércio e dos consumidores; Uyvão Antonio Pegaia (1965), que analisa a rede bancária paulistana; Ceçary Amazonas (1965), a qual importa a metodologia de Rochefort e analisa a rede urbana do Rio de Janeiro sob o prisma das “áreas de influência e toca na questão da organização do serviço bancário e da conseqüente hierarquia de centros das cidades; e Maria Rita da Silva Guimarães (1967), autora que trata da função bancária também ao trabalhar com as funções urbanas do centro do Rio de Janeiro.

¹⁰ A sistematização das finanças enquanto objeto da Geografia brasileira é preparada pelas pesquisas de Helena Kohn Cordeiro, Roberto Lobato Correa, Carlos Augusto Franco da Silva, Milton Santos e Maria Laura Silveira, e Leila Christina Dias (CONTEL, 2016).

seus comandos, suas atividades e os agentes que dela participam, todos elementos inerentes à reprodução do modo de produção (SANTOS, 1996, pp.89-90).

No plano espacial, a temporalidade da divisão do trabalho também remete às rugosidades, que são formas antigas cristalizadas no espaço, “os restos de divisões do trabalho já passadas (...), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho” (SANTOS, 1996, p.92). No tocante às rugosidades, tem-se que “as condições preexistentes em cada lugar, o seu estoque de recursos, materiais ou não, e de organização – essas rugosidades – constituem as coordenadas que orientam as novas ações” (SANTOS, 1996, p.133).

O processo social da divisão do trabalho distribui seus fatores no espaço, que se cristalizam em formas. Suas práticas são depositadas nas coisas e ficam de herança como condição para as formas subsequentes. Portanto, a paisagem reflete tanto as divisões anteriores, oriundas da combinação de um tempo e espaço específicos, mas também a base sobre a qual as novas serão concebidas. O espaço é composto do “trabalho já feito”, que se transforma em condição para o “trabalho a fazer”. Stuart Mill tratou como “escravidão das circunstâncias anteriores”, enquanto Milton Santos, em *Espaço e Método*, abordou como a “inércia dinâmica do espaço” (SANTOS, 1996, p.92).

Enfim, a divisão do trabalho também reverbera no espaço e proporciona os imperativos da formação socioespacial, das regiões e dos lugares. Crucial pontuar que embora possa haver um modo de produção dominante, este não necessariamente atinge todos os lugares. Além disso, os modos de produção e suas respectivas divisões do trabalho coexistem nos lugares, que são diversamente alcançados, qualitativa e quantitativamente, pelas distintas temporalidades (SANTOS, 1996). Nesse passo, tendo em vista a pesquisa aqui conduzida, mostra-se fundamental a identificação da dimensão espacial do capitalismo financeiro, particularmente no Brasil e na América Latina.

A financeirização extrapola a ordem econômica. Para além de novos valores atrelados à economia, implica mudanças em termos políticos, culturais e sociais:.

“As finanças alcançam, no período atual, uma centralidade inédita em todos os campos da vida social, assumindo, por conseguinte, um papel determinante nas dinâmicas do espaço geográfico (SANTOS, 1996; FRENCH et al., 2011). Viveríamos hoje em um mundo com “dominância da esfera financeira” (CHESNAIS, 1998), onde os imperativos financeiros permeiam e sujeitam todas as esferas da atividade social.” (MONTENEGRO, 2017, p.93).

A financeirização enquanto objeto da geografia insere-se notadamente no plano do estudo da geografia econômica posto que esta se ocupa da análise da relação entre a geografia e as finanças (MONTENEGRO, 2017).

Daher (2016) recorre a uma vasta revisão bibliográfica no intuito de desvendar a dimensão espacial da financeirização. Deste esforço extrai-se que a maximização da mobilidade e liquidez do capital impacta tanto a econômica como o território, em função do que torna-se falsa a presunção de que consiste um fenômeno desterritorializado ou a-espacial. Os canais de transferência da financeirização são localizáveis através dos fluxos de origem e destino, e os efeitos experimentados nos diferentes espaços ensejam uma análise geográfica. A emergência de um campo da geografia econômica para tratar especialmente da financeirização reflete a legitimidade da preocupação com o tema.

Existe um nexo de causalidade entre a ascensão das finanças ao patamar de domínio do regime de acumulação do capitalismo contemporâneo e elementos concernentes ao espaço geográfico (CONTEL, 2016). Isto porque a disseminação das redes e das práticas do universo das finanças repercutem no espaço, implicando também um processo de reconfiguração espacial (MONTENEGRO, 2017).

Ainda a respeito dos aspectos geográficos atrelados ao fenômeno da financeirização, Milton Santos ensina que a autonomia obtida pelo setor financeiro, proveniente da globalização, associa-se a fatores geográficos como a infraestrutura de sistemas e objetos técnicos e os “conteúdos normativos do espaço”, sendo, estes últimos, normas e leis que asseguram a mobilidade da qual a dinâmica financeira depende para se reproduzir e se difundir (SANTOS, 2006).

Das concepções de Milton Santos utilizadas por Montenegro (2017), extrai-se que os sistemas e objetos técnicos mencionados dizem respeito ao conteúdo técnico da financeirização, providos pela revolução técnico-informacional, enquanto os conteúdos normativos (normas e leis) referem-se ao plano político do fenômeno, responsável pela implementação da reestruturação econômica que desregulamentou os mercados nacionais, ambos já amplamente discutidos nesta pesquisa. As duas esferas produzem efeitos espaciais, se cristalizam nos territórios e, assim, imprimem rugosidades.

Os efeitos das políticas econômico-financeiras que promovem a financeirização, sobretudo aquelas desenvolvidas para sanar suas crises, geram efeitos heterogêneos pelo mundo, distintos a depender das particularidades de cada local. Portanto, estes efeitos são, na realidade, territoriais, locais e regionais, inclusive em termos espaciais. Não obstante reconheça a existência de efeitos genéricos, universais e globais – inexoráveis ao contexto

da globalização, da instantaneidade, da alta da interdependência –, considera simplista a análise que se encerra nesse plano e despreza a dimensão local (DAHER, 2016).

1.3 Os aspectos perversos da globalização: desigualdades social e espacial

Contel (2016) salienta que os efeitos nocivos da financeirização já constavam nos estudos pioneiros de Labasse, quando do estudo espacial da concentração bancária francesa.

“A circulação de capitais se organiza num sentido único, em detrimento das províncias e em favor das metrópoles, em um movimento aparentemente irreversível’ (LABASSE, 1955, p.26). A circulação de capitais levaria à hipercefalia da rede urbana, assim, quase que necessariamente” (CONTEL, 2016, pp.63-64).

Já consignamos que a inserção geográfica das finanças é seletiva. No que diz respeito à circulação financeira, as metrópoles assumem caráter de centralidade, pois nelas que se situam todo aparato tecnológico relativo à informática e às telecomunicações – ou seja, para onde são instantaneamente encaminhadas as informações pertinentes – e, evidentemente, onde se tomam as grandes decisões financeiras. Tornam-se, portanto, centros de inteligência financeira (SANTOS, 2006).

Nesse sentido, constitui-se um quadro de hierarquia financeira entre os lugares, que impõe uma dinâmica de escoamento (ou drenagem) de capital de todo território alcançado pelas finanças para as metrópoles. A ligação do centro com o restante do território forma uma cadeia hierárquica de captação e de distribuição de capital. A hierarquização dos espaços é um reflexo da condição de funcionamento do sistema, da execução das ordens técnicas, financeiras e políticas (SANTOS, 2006).

A informação une o território. E é por intermédio da informação financeira que se configura a hierarquia de comando entre os espaços, constituindo a nova divisão territorial do trabalho promovida pela financeirização (PASTI; SILVA; 2013).

A produção e circulação de informação é, hoje, o maior valor e também o critério de localização dos centros financeiros. Se São Paulo constitui-se como centro financeiro doméstico, situada na periferia do capitalismo, evidentemente que se sujeita aos centros essencialmente hegemônicos, como Nova York e Londres. Os autores apontam que estava em curso um projeto para centralizar em São Paulo a gestão dos ativos financeiros latino-americanos, elevando a metrópole paulistana a centro financeiro de toda a América Latina (PASTI; SILVA; 2013).

A drenagem do capital é, na realidade, a canalização da mais-valia, agora a nível global, portanto de todos os lugares, aos países centrais da economia capitalista. Dessa maneira, a busca da mais-valia global revela que o ímpeto da atividade produtiva é, na prática, “apátrida, extraterritorial, indiferente às realidades locais e também às realidades ambientais” (SANTOS, 1996, p.170). Sobre a drenagem da mais-valia, Harvey (2014, p.84) comenta que:

“Essa tendência dos países centrais, como os Estados Unidos, a proteger os interesses financeiros e assistir à ação destes de sugar mais-valia de outros lugares tanto promove como reflete a consolidação do poder de classe alta em seu âmbito com a base em processos de financialização”

A diferença de produtos financeiros disponíveis e acessíveis a depender do lugar e a estrutura hierárquica das finanças no espaço revelam a divisão territorial do trabalho inerente à financeirização da economia. Sobre esta questão, Santos (1996, p.88) explica que:

“Em cada país, um só ou uns poucos lugares permitem a utilização de todas as formas financeiras possíveis. Aliás, os próprios países se distinguem entre eles pela respectiva tipologia de instrumentos financeiros. Esse raciocínio, aliás, é válido para os outros dados da vida económica e social, pois todos são sujeitos à divisão territorial do trabalho. Essa divisão territorial do trabalho cria uma hierarquia entre lugares e, segundo a sua distribuição espacial, redefine a capacidade de agir de pessoas, firmas e instituições.”

Contraditoriamente ao discurso do neoliberalismo econômico, encarregado de propagandear e exportar a desregulamentação mundo afora, em favor da primazia do mercado, abrindo as economias nacionais aos comandos do capitalismo financeiro, “a nova “mão invisível” é mais escondida do que antes e o imperativo da economia é menos aparente e ao mesmo tempo, mais seguro e eficaz”. Aparentemente mais oculta, mas operante como nunca, a “mão invisível” sujeita todo o sistema social “aos objetivos do lucro, da expansão e da dominação” (PAGÈS apud SANTOS, 1996, p.138).

Nessa mesma linha, Harvey (2017) compreende que a mobilidade e a flexibilidade, as características mais marcantes da acumulação flexível, não significam que o capitalismo se “desorganizou”, mas sim que “está se tornando cada vez mais organizado através da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis nos mercados de trabalho, nos processos de trabalho e nos mercados de consumo, tudo isso acompanhado por pesadas doses de inovação tecnológica, de produto e institucional.

Harvey, na obra *O neoliberalismo* (2014), afirma que sob a ótica do neoliberalismo ortodoxo, a relação entre o Estado neoliberal e o capital financeiro /

instituições financeiras é bastante controversa. Isto porque, se de um lado é enaltecido o valor econômico da liberdade do capital frente à regulação estatal, abrindo, mediante desregulação, todos os espaços possíveis para a influência das instituições financeiras, de outro identifica-se um compromisso estranho à teoria neoliberal, pois de natureza intervencionista, na medida em que essa mesma lógica garante, em última instância, a salvaguarda da integridade e a solvência dessas instituições. Tornou-se usual o Estado dispor de seu poder e seus recursos para resgatar empresas do fracasso financeiro¹¹.

Paralelo ao processo de expansão planetária da hegemonia do capital financeiro, compreende-se a tendência à concentração da atividade financeira nas mãos de poucos atores. A concentração da circulação financeira se manifesta, ao mesmo tempo, em termos geográficos (concentração geográfica), considerando que os agentes financeiros hegemônicos se localizam em poucos lugares, nos principais centros financeiros¹². Um grupo de poucos bancos controla o serviço de corretagem. Algumas cidades concentram o grosso das transações financeiras em plano nacional, assim como um grupo muito restrito de praças financeiras controlam as transações a nível mundial (SANTOS, 2006).

O processo de desregulamentação (um “slogan político” da acumulação flexível), logo após um primeiro momento de intensificação da competição, implicou, para muitos setores, como o de serviços financeiros, o aumento da monopolização (HARVEY, 2017)¹³.

¹¹ O autor cita o exemplo da crise de poupança norte-americana de 1987-88, que custou aos contribuintes cerca de 150 bilhões de dólares, ou o colapso do fundo de derivativos Long Term Capital Management em 1997-98, que custou 3,5 bilhões (HARVEY, 2014, p.83). Acrescento a decisão do governo dos Estados Unidos de injetar US\$ 700 bilhões do seu Tesouro, portanto dinheiro público, para salvar o sistema financeiro, quando da crise financeira de 2008, cujo marco é a quebra do banco Lehmann Brothers. Instituições como Citigroup, J.P. Morgan e Goldman Sachs se beneficiaram e foram resgatados (KATZUMATA, 2008).

¹² De “30 a 50 bancos e um punhado de casas de corretagem asseguram o mercado das divisas fortes. E essa forte concentração também se encontra nos dois principais centros financeiros do Planeta. Em Londres 43% e em Nova York 40% das transações eram realizadas pelos 10 maiores bancos” (CHESNAIS apud SANTOS, 1996, p.137). Em relação à concentração geográfica das transações, “a cidade de Nova York realizou, em 1991, 54,1% dos empréstimos feitos nos Estados Unidos, seguida por Los Angeles e Chicago, com 16% e 12,1% respectivamente. Essas três cidades e outras três mais (São Francisco, Atlanta e Miami) em conjunto representavam 92% do total dos empréstimos no país” (ÓH UALLACHAÍN apud SANTOS, 1996, p.136). No que tange as transações internacionais, “Três praças - Nova York, Londres e Tóquio - são responsáveis por 56% das transações em ações, por 74%, do mercado a termo e 38% do mercado de câmbio em 1991” (LA CROIX apud SANTOS, 1996, p.137)

¹³ É sabido que a divisão do trabalho é a expressão de conflitos (SANTOS, 2006). No entanto, constata-se que os Estados neoliberais funcionam no sentido de salvaguardar a integridade do sistema financeiro e das instituições financeiras em detrimento do bem-estar da população, da garantia de qualidade de vida (em especial no campo do trabalho, em relação aos direitos coletivos), e da proteção e preservação do meio ambiente. Na prática, “o Estado neoliberal é necessariamente hostil a toda forma de solidariedade social que imponha restrições à acumulação do capital” e ataca violentamente qualquer forma de organização do trabalho e os direitos do trabalho (HARVEY, 2014, pp.85-86).

Na perspectiva de Bruno e Caffé (2017), a financeirização provoca a concentração de renda em prejuízo do trabalho. Com efeito, agravam-se as desigualdades sociais e deterioram-se os benefícios alcançados pelas políticas sociais estatais distributivas.

A flexibilidade e a mobilidade elevam o poder do capital frente ao trabalho organizado, acarretando a amplificação do controle da força de trabalho. Se o poder sindical era um dos pilares políticos do modelo fordista, no regime de acumulação flexível o cenário é de enfraquecimento e retrocesso. Sob essa dinâmica, o mercado de trabalho atravessa um processo de reestruturação prejudicial aos trabalhadores à medida em que se padronizam os contratos de trabalho flexíveis, caracterizando o que veio a se chamar de “emprego flexível” e “trabalhador flexível”. Sob a ótica do trabalho, alguns dos reflexos experimentados são o alto grau de desemprego ao ponto de se tornar estrutural, o crescimento do “subemprego”. Ademais, se o declínio do poder sindical reduziu o poder dos trabalhadores tradicionalmente privilegiados, homens e brancos, é verdade também que re-acentua a vulnerabilidade de grupos marginalizados, como mulheres¹⁴ e minorias em geral (HARVEY, 2017, pp.140-145).

De acordo com Daher (2016), além de heterogêneos, os efeitos da financeirização obedecem a uma lógica discriminatória, pois os impactos que atingem diferentemente áreas geográficas e setores da economia e da sociedade são muito mais agudos e dramáticos para as áreas e camadas mais pobres e vulneráveis. Por exemplo, a diferença dos efeitos das crises financeiras e das políticas de austeridade no bem-estar social dos países centrais e periféricos evidencia quem “paga a conta” do recesso.

Em que pese a generalização do sistema técnico da financeirização, o sistema econômico hegemônico que pretende abranger todo o espaço possível, esse processo não significou homogeneização. A relação desse processo com cada lugar, e seus respectivos sistemas autônomos, seja os destituindo ou os abarcando, gerou distintas realidades e conformou graus de dependência relativos, mais ou menos flexíveis (SANTOS, 2006).

É por esta razão que Daher mostra a importância da territorialização (nacional ou supranacional) das políticas econômico-financeiras, pois nesse prisma estariam instituídas com base nas especificidades locais, regionais, enfim, nas particularidades territoriais – e não em cartilhas genéricas importadas. Por fim, posiciona-se no sentido de que é possível que a financeirização pública (composta pelas políticas monetárias e cambiais) seja um instrumento a serviço de outra forma de distribuição espacial dos

¹⁴ Em relação aos efeitos da transformação do papel das mulheres na produção e no mercado de trabalho, ver Harvey (2017, p.146).

efeitos das políticas “financeirizadoras” em geral, desvirtuando a ordem discriminatória atual na medida em que compense sua desigualdade (DAHER, 2016).

Montenegro (2017) denuncia a perversidade do paradigma do mercado financeiro ao permear a vida social ao apontar efeitos nocivos como a generalização do endividamento¹⁵, decorrente da hegemonia do crédito, e a desvalorização e flexibilização dos sistemas de proteção social, que contribuem para o agravamento da desigualdade social e da pobreza. Por fim, identifica um impasse ao enfrentamento dessas questões uma vez que qualquer medida de regulação com a finalidade de compensar a perversidade do regime contraria a lógica da desregulamentação, uma das condições de reprodução desse modelo de acumulação.

A flexibilidade às restrições e a liberdade concedida ao fluxo de capital institui um esquema de circulação que beneficia grandes empresas financeirizadas e as regiões onde se localizam. Poupança do mundo inteiro é coletada e canalizada para as principais praças financeiras do sistema financeiro internacional (Zurich, Londres, Paris, etc) antes de ser redistribuída, como uma espécie de drenagem (MONTENEGRO, 2017).

1.4 Financeirização no Brasil

Depois de tratar da financeirização enquanto tendência global no âmbito da economia capitalista, partimos agora aos cuidados das implicações do fenômeno no Brasil. Seguindo o raciocínio da pesquisa, serão analisados os aspectos técnicos e políticos pertinentes ao processo brasileiro.

Para Bruno e Caffé (2017), a financeirização no Brasil se conforma quando as exigências do capital bancário-financeiro e de grandes empresas não financeiras tornaram-se o primeiro plano das ordens do Executivo Federal, o cerceando, e, na prática, submetendo todas as funções do Estado brasileiro à sua influência. Por conseguinte, esse cenário representa um bloqueio ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro, comprometido em benefício da busca incessante por liquidez e rentabilidade dos ativos, produtos e serviços financeiros.

Segundo os autores, no período entre 1964-1989, quando o Brasil encontrava-se sob regime político ditatorial, surgiram “as condições estruturais e macroeconômicas para

¹⁵ Segundo a autora, no início de 2016, 60,8% das famílias brasileiras encontravam-se endividadas; do total destas dívidas, 77,4% haviam sido adquiridas através de cartões de crédito (PEIC/CNC, 2016) (MONTENEGRO, 2017, p.97).

o desenvolvimento precoce do processo de financeirização da economia brasileira” (BRUNO; CAFFE; 2017, p.1034).

Para Contel (2006), é a partir de 1964 que de fato se admite a formação, de fato, do Sistema Financeiro Nacional (SFN)¹⁶. Com a implementação de reformas normativas e financeiras a partir de 1964, surgem novos atores financeiros e o sistema se equipa com novas racionalidades, de tal modo que a organização das atividades financeiras se robustece e se propaga pelo território nacional. Nesse plano, destaque para a Reforma Bancária de 1964 e para a “Lei do Mercado de Capitais”, a primeira sistematização do mercado de capitais brasileiro. A criação do mercado de capitais sistematizado no Brasil foi uma ação fundamental para o surgimento de novas instituições financeiras, bem como fortalecimento daquelas já existentes, e para o aumento da movimentação do mercado de ações e, com efeito, para a expansão da bolsa de valores (CONTEL, 2006).

Talvez a transformação mais importante consequente à Reforma de 1964, em termos de estrutura bancária nacional, foi a inserção da iniciativa privada na esfera do financiamento de longo prazo (COSTA; SOUZA-SANTOS, 2011).

No plano institucional, as inovações de maior relevância para a modernização do Sistema Financeiro Nacional foram a criação do Conselho Monetário Nacional (CMN), que se converteu no órgão normativo mais importante do Sistema Financeiro Nacional, e do Banco Central do Brasil (BCB). Esse é um momento significativo pois a financeirização obtém relevo na economia e no território e torna-se evidente o aumento do papel das finanças no desenvolvimento nacional (CONTEL, 2006). Os desdobramentos dessa conjuntura especificamente na estrutura bancária nacional serão abordados no capítulo seguinte.

O Conselho Monetário Nacional se converteu no órgão normativo mais importante do Sistema Financeiro Nacional. Dentre as funções atribuídas a este órgão na nova divisão financeira do trabalho, tendo em vista o escopo dessa pesquisa, destaque para as seguintes: orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras públicas ou privadas; propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros; e zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras. Por sua vez, o Banco Central

¹⁶ Define-se Sistema Financeiro Nacional “como a estrutura responsável pela coordenação política e financeira e pelos serviços bancários, monetários e creditícios do país” (BIDERMAN apud CONTEL, 2006, p.118).

do Brasil (BC) foi criado pela Lei nº 4.595 de 31/12/1964 para, de modo geral, executar as políticas do Conselho Monetário Nacional (CONTEL, 2006).

Em síntese, a Reforma de 1964 implicou a sistematização da divisão financeira do trabalho no Sistema Financeiro Nacional. O crescimento da relevância das finanças no Brasil é um reflexo da concretização de novas técnicas de intermediação financeira, que acarretou não apenas o surgimento de novos atores financeiros (concebidos como “intermediários financeiros”), mas também a criação de novas operações financeiras (ou “novos instrumentos de crédito”). É a partir daí que começa a se desenhar o Sistema Financeiro Nacional sob os imperativos do meio técnico-científico-informacional (CONTEL, 2006, p.122).

A estruturação do sistema financeiro nacional a partir de 1964 (reitera-se, responsável pela implementação da organização de mercado norte-americana), combinado com a difusão do meio técnico-científico-informacional no território, culminou na modernização do mercado de capitais, introduzidas novas técnicas eletrônicas e informáticas. É nesse contexto, por exemplo, que surge o pregão eletrônico, embora ainda predominasse o pregão ao vivo. Esse processo provocou a centralização financeira nas bolsas de valores de São Paulo (BOVESPA) e do Rio de Janeiro (BVRJ), reorganizando a divisão territorial do trabalho ao substituir o modelo de praças financeiras distribuídas pelo território (PASTI; SILVA; 2013, pp.3-4).

O período que compreende o intervalo entre 1990 e 2003 é denominado por Bruno e Caffé (2017) de “*fase I do modelo neoliberal-dependente com inserção internacional subordinada aos mercados globais*”. É o momento que o Estado brasileiro renuncia ao modelo desenvolvimentista, caracterizado pelas intervenções públicas baseadas na acumulação industrial, e mergulha na ideologia neoliberal associada à globalização e à internacionalização. Nessa conjuntura, dizem os autores – em consonância com o que já foi apresentado até o momento nesta pesquisa –, que à periferia do mundo capitalista resta se subordinar às novas forças do mercado internacionalizado e das novas tecnologias da comunicação e da informação que o propagam pelo mundo (BRUNO; CAFFÉ; 2017, p.1035).

Como já examinado, a financeirização pressupõe processos de reestruturação econômica a nível nacional para que seja recepcionada. Para se inserir no plano internacional dominado pela financeirização, o Brasil se apostou num robusto processo de reestruturação e mudanças institucionais:

“O Estado brasileiro lança-se num processo de reestruturação, que se desdobrou em várias dimensões organizacionais: a) privatizações e desnacionalizações de grandes empresas estatais; b) reconfiguração da forma de inserção internacional; c) reforma monetária com a implementação do Plano Real e medidas de sustentação da acumulação bancária e financeira; d) reformas de ordem política; e) reforma no sistema de seguridade social; f) reforma do sistema tributário; g) reforma administrativa” (BRUNO; CAFFE; 2017, p.1036).

O processo de privatização nacional foi introduzido pelo Programa Nacional de Desestatização, aplicado com a entrada em vigor da Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990¹⁷. Em resumo, através deste processo o Estado brasileiro, sob orientação neoliberal, buscava (1) promover o reordenamento estratégico da presença do Estado na economia; (2) reduzir a dívida do setor público; (3) retomar os investimentos nas empresas privatizadas; (4) modernizar o setor industrial; e (5) fortalecer o mercado de capitais¹⁸ (BRUNO; CAFFES, 2017).

No que se refere ao mercado de capitais, a partir da década de 1990, quando a globalização financeira penetra de vez no território brasileiro e promove o processo de reestruturação econômica nacional, assiste-se à ascensão hegemônica da BOVESPA no mercado de capitais¹⁹. Do ponto de vista técnico, hoje a dinâmica da bolsa de valores é absolutamente informatizada e informacional. A informatização fornece o tempo real, a instantaneidade e, conseqüentemente, a expansão do pregão eletrônico, enquanto torna obsoleto e antiquado o pregão ao vivo. Também é informacional porque a informação é a base de todas as operações. Ademais, a informatização da informação permite o processamento de informações e a produção de informações mais sofisticadas e especializadas, que influenciam as negociações e as tomadas de decisão (PASTI; SILVA; 2013).

Os processos de reestruturação executados em toda a América Latina foram implementados sob influência do Consenso de Washington, que apresentava a liberalização comercial e financeira como solução às crises econômicas que atravessavam (BRUNO; CAFFE; 2017). Segundo Bresser-Pereira (1991), o consenso de Washington,

¹⁷ Revogada pela Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997.

¹⁸ Com o fortalecimento do mercado de capitais, pretendia-se alterar o quadro tradicionalmente caracterizado pela concentração do volume financeiro (dinheiro) em poucos papéis, um grupo determinado de ações. Difundia-se a previsão de que a oferta de papéis junto ao público propiciado pelas privatizações reduziria este cenário de concentração do capital, o que não ocorreu. Segundo os autores, no processo de privatizações britânico dos anos 1980, por exemplo, a população adquiriu ações das empresas estatais privatizadas (BRUNO; CAFFE, 2017, p.1037).

¹⁹ Ainda na década de 1990, a BOVESPA atingiu 90% do controle do mercado de capitais. Na década seguinte, incorporou a BVRJ e conquistou o monopólio do ramo.

de cunho neoliberal, forjado da crise do consenso keynesiano, que interpreta a crise latinoamericana como um problema de excessiva interferência do Estado na economia e populismo econômico, exerceu pressão sobre os países da região para que adotassem políticas econômicas ortodoxas e uma postura orientada no mercado, comprometida com o mínimo de interferência estatal e com processos de liberalização e desregulamentação do comércio e das finanças. Essa é a cartilha do consenso de Washington e precisamente o teor da reestruturação financeira e bancária brasileira dos anos 1990.

Entre 2004 e 2014, na “*fase II do modelo neoliberal-dependente com inserção internacional subordinada aos mercados globais*”, em que o país esteve sob os governos petistas de Lula e Dilma, a acumulação rentista-financeira manteve-se nas ordens do Estado brasileiro. Na verdade, neste período, o processo de financeirização brasileiro – e, por conseguinte, de valorização financeira – que estava restrito ao endividamento público interno, se expandiu para o endividamento privado (BRUNO; CAFFE; 2017, pp.1036-1038). A ampliação das operações financeiras concernentes aos empréstimos do mercado financeiro concedidos às famílias, de classe média e de estratos mais pobres, e às empresas brasileiras. Como resultado, a expansão da oferta de crédito gerou o endividamento da população brasileira e, conseqüentemente, o agravamento da vulnerabilidade social (BRUNO; CAFFE; 2017).

Por fim, o período que compreende o período de 2015 a 2017, no qual se evidencia o domínio total dos interesses da alta finança sobre o Estado brasileiro. A alta classe do mercado bancário-financeiro controla o Ministério da Fazenda, o Banco Central, enfim, a política econômica nacional. Em função dos processos de financeirização, as finanças públicas subordinam-se às finanças privadas e, por extensão, inserem-se no circuito da acumulação rentista-patrimonial (BRUNO; CAFFE; 2017):

“As estruturas do Estado passam a ser diretamente controladas por representantes do mercado bancário-financeiro, permitindo aos grandes bancos e empresas não-financeiras atuarem diretamente sobre a definição e gestão do orçamento público e a formatação e condução da política econômica. Os representantes da alta finança controlam o Ministério da Fazenda e o Banco Central.” (BRUNO; CAFFE; 2017, p.1038)

Sob esta ideologia, destacam-se duas medidas governamentais introduzidas com a finalidade de servir à expansão do capital financeiro no Brasil: a PEC 55 (ou PEC “do teto”) e a PEC 287, da reforma da previdência. Além delas, o golpe de Estado de 2016 que afastou Dilma Rousseff da presidência foi orquestrado em favor dos interesses do capital bancário-financeiro. Na ótica dos autores, estas políticas visam criar novos

espaços de valorização financeira. Por meio da redução da oferta pública e universal de serviços fundamentais à população, abre-se o vácuo para a penetração do mercado dirigido pelo setor bancário-financeiro privado (BRUNO; CAFFE; 2017).

Note-se, então, que até o momento foram apresentadas a noção geral do processo de financeirização e a perspectiva propriamente geográfica do fenômeno, tanto no plano global como no âmbito do Brasil. De acordo com esse levantamento, algo que se percebe é que em muitos trabalhos o sistema bancário, embora tangenciado, não é considerado por muitos autores (na economia, na geografia, no urbanismo), como uma variável da financeirização propriamente dita²⁰.

Contel (2020), porém, compreende os bancos como um dos principais agentes do sistema financeiro brasileiro e a “creditização do território”, um conceito de Milton Santos (1993), como um elemento importante da financeirização do território brasileiro. Nesse passo, propõe a definição de financeirização como o “processo de difusão espacial de variáveis financeiras, materiais ou imateriais, mais diretamente ligados à concessão de crédito”, cuja ocorrência dependeu não apenas dos bancos e suas redes, mas de infraestrutura ligada à transmissão e processamento informacional. Nesse sentido, a financeirização resulta do da difusão das infraestruturas e das lógicas que a caracterizam. O mais relevante é que essa abordagem enxerga os agentes financeiros (suas decisões, seus produtos) indissociavelmente das variáveis geográficas das quais depende, que são as infraestruturas, os sistemas técnicos e os demais objetos técnicos utilizados por estes agentes (CONTEL, 2020, pp.xvi-xv). Labasse, nesse mesmo sentido, asseverava que o aparelho bancário, por exemplo, é uma manifestação espacial das relações financeiras (CONTEL, 2016).

Essa ideia de indissociabilidade entre as ações dos agentes financeiros e a esfera técnica e material conduzem ao exame da financeirização como resultado do nexos entre atores financeiros, infraestrutura material e das normas reguladoras. Sublinha-se que esta concepção é compatível com a interpretação trabalhada na pesquisa de que a financeirização decorre, em última instância, do encontro da técnica com a política.

Essa perspectiva é particularmente essencial para esta pesquisa e apoiado nessa visão de que a financeirização implicou a propagação de variáveis financeiras atreladas

²⁰ Na verdade, um dos aspectos mais destacados, como se pretendeu mostrar, é que com a financeirização uma diversidade de agentes não-financeiros se “financeiriza” e ultrapassam a importância dos bancos em termos de oferta de produtos e serviços deste tipo.

às instituições bancárias no território brasileiro, partimos para a análise da estrutura bancária brasileira e seu processo de internacionalização.

Capítulo 2 – A Estrutura bancária brasileira: aspectos principais

Para analisarmos a internacionalização bancária brasileira recente sob a perspectiva geográfica, foi necessário, preliminarmente, entender a relação entre o território brasileiro e as finanças desencadeada pelo fenômeno da financeirização. Esse esforço mostrou-se imprescindível não apenas para conhecer os momentos do sistema financeiro nacional, mas sobretudo para apreender o pano de fundo de uma série de tendências e processos que atravessaria o sistema bancário nacional, cujas expressões espaciais consistiram no principal objeto desta pesquisa.

Compreendido, em linhas gerais, o fenômeno da financeirização, faz-se mister, nessa altura, adentrar no exame da estrutura bancária brasileira²¹ com o fito de que se entenda o que a financeirização repercutiu especificamente no sistema bancário do Brasil para que, na sequência, seja explorada a questão da internacionalização. Em vista disso, este capítulo dedica-se, de início, a um essencial (porém, breve) exercício de resgate da trajetória histórica da estrutura bancária brasileira, para depois focar no estágio mais relevante para esta pesquisa, os anos 1990, quando ocorreu um processo de reestruturação bancária no Brasil.

2.1 Breve histórico da estrutura bancária brasileira²²

Até o início do século XX, o sistema bancário brasileiro era pouco desenvolvido. O contexto não era favorável para a emergência de um processo de intermediação financeira baseado em instituições bancárias em função de dois fatores: (1) os sistemas de ações ligados ao financiamento dos circuitos de exportação agrícola era dirigido por atores regionais não-bancários²³, ou seja, por mecanismos contábeis informais; e (2) a

²¹ De acordo com o Banco Central, banco é a instituição financeira especializada em intermediar o dinheiro entre poupadores e aqueles que precisam de empréstimo, além de custodiar (guardar) esse dinheiro. Ele providencia serviços financeiros para os clientes (saques, empréstimos, investimentos, entre outros). Os bancos são supervisionados pelo Banco Central (BC), que trabalha para que as regras e regulações do Sistema Financeiro Nacional (SFN) sejam seguidas por eles. Disponível em <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/bancoscaixaseconomicas>.

²² O resgate à história da estrutura bancária brasileira se apoiou no trabalho de Contel (2006), Costa (2008), Dias (2005), Montenegro (2017) e Santos & Silveira (2001).

²³ Em São Paulo, por exemplo, os circuitos de exportação do café financiavam a produção por meio dos chamados “comissários do café”, responsáveis por intermediar os agricultores e o sistema financeiro. Na grande maioria das vezes, as negociações envolviam fatores como escravos, insumos e outros produtos, sem a utilização de moedas, convertendo-os em verdadeiros “catalisadores do sistema produtivo”. O crédito bancário também não era uma demanda para o plano do consumo. Os colonos supriam suas necessidades, inclusive a de crédito, nos “armazéns” das próprias fazendas, dinâmica que também prescindia de moeda (CONTEL, 2006, pp.16-17). Na Amazônia, o mecanismo financeiro desenvolvido para abastecer de crédito os circuitos de extração e produção da borracha também era informal, denominado “sistema de aviamento”,

falta de integração territorial inerente à formação socioespacial brasileira²⁴, somada à exígua base técnica do território (que configurava um território composto de regiões produtivas e monetárias isoladas²⁵), o que, por conseguinte, revelava e implicava um cenário de imaturidade circulatória²⁶, um obstáculo à formação de uma rede bancária nacional. Além disso, a ausência de uma autoridade monetária, por sua vez, acarretava a falta de um suporte institucional responsável pelo saneamento financeiro do sistema, ou seja, a última instância garantidora do empréstimo e que, portanto, protegeria as instituições bancárias. Este é o quadro no qual o Brasil se lança no século XX, inserido em condições que inviabilizavam a projeção dos bancos e, assim, o desenvolvimento de um sistema bancário nacional (CONTEL, 2006).

Para Contel (2006), o marco inicial do que viria a se tornar a “base para o moderno sistema bancário brasileiro” é a re-fundação do Banco do Brasil e as políticas “distributivas” do banco implementadas com o objetivo de integrar financeiramente o território²⁷. Mas é especialmente a partir da década de 1920, em função de mudanças no conteúdo normativo e da evolução técnica atrelada à rede ferroviária e à industrialização e à urbanização, que São Paulo se impõe como centro da divisão territorial do trabalho, passa a concentrar a atividade bancária para atender às necessidades que emergiram com as novas práticas de crédito e onde se forma, portanto, a primeira rede bancária do Brasil. No plano normativo, a legislação não impunha muitas barreiras para a criação de novos atores no sistema bancário e para sua proliferação. Além disso, este período é marcado pelos processos de estatização de bancos comerciais privados criados no começo do século e a maior restrição para a atuação dos bancos estrangeiros no território nacional. Nesse contexto surge o Banespa, da compra do Banco de Crédito Hipotético e Agrícola do Estado de São Paulo (BCHASP) em 1926, e uma série de outros bancos estaduais (CONTEL, 2006).

no qual aviadores adiantavam bens e dinheiro para os produtores e resgatava ao fim da safra (CONTEL, 2006, pp.17-18).

²⁴ A estrutura territorial fragmentada, herança do período colonial (CONTEL, 2006).

²⁵ Nas regiões isoladas, bancos regionais emissores cuidavam da emissão de moedas locais ou regionais, embora fosse comum relações econômicas fundadas em transações ainda não-monetarizadas (CONTEL, 2006).

²⁶ Os depósitos bancários, por exemplo, concentravam-se 80% na cidade do Rio de Janeiro (CONTEL, 2006).

²⁷ Ações que constituíram a política distributiva foram: Estabelecimento de uma administração mais pulverizada; a exclusividade na emissão de moeda; políticas para aumentar a intermediação financeira no país; expansão da rede de agências; e política de dotação de uma quantidade mínima de recursos financeiros em toda a sua rede de agências, de tal modo que possibilitasse o uso do crédito bancário com forma de desenvolvimento regional e, com efeito, a instalação de serviços bancários onde não haviam (CONTEL, 2006).

Da reforma bancária de 1921, foram criadas a primeira "câmara de compensação de cheques" nacional e a "Carteira de Emissão e Redescontos", que modernizaram a atividade bancária²⁸. Apesar da mencionada proeminência de São Paulo, não eram muito sofisticados os requisitos técnicos e organizacionais que demandava a instalação de agências. Dessa forma, observou-se a proliferação de instituições bancárias no país e, com efeito, a pulverização ou desconcentração do controle do sistema bancário²⁹. Também é nesse contexto que surgem e se espalham pelo estado de São Paulo as agências da Caixa Econômica do Estado de São Paulo, cuja topologia associava-se mais à burocracia estatal e aos fluxos públicos³⁰, enquanto as atividades do Banespa, mais associadas às práticas financeiras do setor produtivo (CONTEL, 2006; COSTA, 2008).

Até 1945, então, a atividade bancária era regional, senão local³¹. O sentido orgânico do uso do território e seus respectivos sistemas de ação estavam imbricados na reprodução da vida regional. A realidade dos bancos não escapava a essa tendência. Desde os já mencionados “bancos emissores regionais” até a gênese do sistema bancário moderno, “havia clara submissão das finanças à vida regional do território” (CONTEL, 2006, p.80).

Mas é a partir de 1945, e ao longo da década seguinte, que, segundo Contel (2006), dois novos conteúdos do território impulsionam outro processo de modernização do sistema financeiro e bancário nacional que os robusteceram, porque demandaram necessidades de financiamento que o sistema bancário existente ainda não era capaz de suprir. De um lado, novos usos produtivos do território conformam novos circuitos de industrialização e, com efeito, incrementam a industrialização no território, cuja

²⁸ A "câmara de compensação de cheques" nacional contribuiu aumentando a eficiência das transações interbancárias e comerciais, entre consumidores e o comércio, e incrementando a velocidade do dinheiro. A "Carteira de Emissão e Redescontos" (CARED), por sua vez, impôs um conjunto de regulações e normas que implicou no maior e mais preciso disciplinamento do comportamento dos atores financeiros. Os bancos públicos e privados passam a contar com os títulos do Governo Federal para garantir a concessão de empréstimos ao público, diminuindo a vulnerabilidade dos bancos e do sistema como um todo.

²⁹ É nesse sentido que se qualifica o sistema bancário brasileiro pré-1945 como “fase competitiva” (COSTA apud CONTEL, 2006, p.26).

³⁰ Todas localizadas em cidades inseridas na rede ferroviária. Além disso, observou-se que a difusão da caixa econômica no território guarda relação com o desenvolvimento da burocracia estatal, seja em função dos fixos e fluxos atrelados às empresas públicas e autarquias, muitas delas criadas para prover a prestação de serviços urbanos, seja para o recolhimento de impostos (CONTEL, 2006, p.32).

³¹ Mesmo após a instituição da SUMOC, “é possível ainda afirmar que a estrutura regionalizada da ação bancária era um elemento de criação de *solidariedades orgânicas* no território” (CONTEL, 2006, pp.80-81). O conceito de “solidariedade orgânica” foi tratado por Santos e Silveira (2001) e diz respeito à interdependência e à formação de redes cooperação de atores e ações fruto da dinâmica das atividades e do uso do território na região, que permitem a construção da realidade local mais autocrada e autônoma em relação às demais regiões (SANTOS; SILVEIRA; apud CONTEL, 2006, p.81).

dinamização depende de novas formas de financiamento³². Importante mencionar que esse processo provocou a alteração da divisão territorial do trabalho: forma-se efetivamente um mercado interno e o centro dinâmico da economia efetivamente se desloca para o estado de São Paulo. De outro, a complexificação e dinamização do meio técnico-científico do território através da construção de infraestrutura, com ênfase para as infraestruturas da engenharia energética, com sistemas de geração de energia elétrica³³, e empreendida por investimento estatal, frente ao "desinteresse e incapacidade" do mercado³⁴, contexto no qual merece destaque a atuação do BNDE, criado em 1952³⁵.

Em síntese, o robustecimento da industrialização e o acréscimo de conteúdo técnico (sistemas de engenharia) implicaram o aumento da necessidade de recursos financeiros em prazos mais dilatados, de médio e longo prazo. Contudo, reitera-se, o sistema financeiro e bancário, acostumado com a concessão de crédito em prazo curto, não tinha condições de financiar grandes investimentos, posto que os bancos ainda eram intermediários passivos, só concediam empréstimo até o limite de seus depósitos. É por isso que esses dois fatores fomentaram a modernização do sistema financeiro e bancário (CONTEL, 2006; COSTA, 2008).

Um fato de extrema importância foi a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC)³⁶, primeira autoridade instituída para comandar as instituições financeiras situadas no Brasil e elaborar os conteúdos normativos relativos às finanças

³² Não apenas para a indústria, mas também para o setor comercial e do consumo, que passam a depender, respectivamente, do provimento de "capital de giro" e o financiamento de consumo de bens duráveis (CONTEL, 2006).

³³ Usina de Volta Redonda (1946), Centro Tecnológico da Aeronáutica (CTA), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1952) e Petrobrás (1953). Além disso, foram criadas novas instituições financeiras públicas, por meio das quais órgãos públicos ofertavam meios de financiamento, com a finalidade de viabilizar a intervenção pública para a construção das infraestruturas (CONTEL, 2006, pp.40-41).

³⁴ Neste período, sob o ângulo da economia política, o Brasil assume um viés nacional-desenvolvimentista, e, por isso, o agente responsável pela modernização do território, "como principal articulador e executor das políticas de expansão do meio técnico-científico" (CONTEL, 2006, p.40). No mesmo sentido, ainda referente a este período entre 1945 e 1964, "O Estado é o maior coordenador da organização do espaço nacional, e não o mercado" (CONTEL, 2006, p.83). Na verdade, segundo Teixeira (1985, p.184), o grande capital bancário, sempre respondeu inicialmente a incentivos do Governo e posteriormente às injunções de mercado.

³⁵ Parcela importante dos recursos do BNDE eram externos, provenientes dos Estados Unidos. Contudo, não incidia *verticalmente* no território, posto que a decisão sobre a alocação dos recursos derivava do sistema de ações do BNDE.

³⁶ Criada no final do primeiro período de Getúlio Vargas como Presidente da República, pelo Decreto-Lei nº 7.293, de 2 de fevereiro de 1945, que instituiu a autoridade monetária brasileira, com a missão de preparar a organização de um banco central no país. Para ver mais sobre a história da SUMOC, ver o resumo disponível no site do Banco central do Brasil (<https://www.bcb.gov.br/pre/historia/sumoc/historiasumoc.asp?frame=1>). A SUMOC preencheu a lacuna em relação à existência de uma autoridade monetária nacional.

nacionais (p.79), funções antes prejudicadas em razão dessa carência institucional de uma autoridade especializada (CONTEL, 2006).

Entre 1945 e 1964, assistiu-se à extensão da rede de agências dos bancos privados nacionais, mas não acompanhada de um processo de desconcentração de ativos e passivos, majoritariamente situados nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Além da importância do Rio de Janeiro em declínio, São Paulo polarizava-se ainda mais como centro financeiro do território. Esses três estados concentravam cerca de 65% dos bancos comerciais privados. Este é um dos reflexos da concentração do meio técnico mais dinâmico, cuja contiguidade engloba as regiões Sudeste e Sul, época em que já se admitia a formação, por estes estados, da Região Concentrada no território brasileiro (CONTEL, 2006).

A topologia do sistema bancário brasileiro era essencialmente constituída de agências bancárias, que se expandiram no pós-Segunda Guerra por causa da (1) expansão do meio técnico-científico no território e (2) da busca de depósitos nas áreas econômicas mais dinâmicas. Entre 1951 e 1964 cresceu 69% a quantidade desse tipo de fixo geográfico (CONTEL, 2006, p.48).

Então, a SUMOC (leia-se, Governo Federal) adota uma política distributiva de controle da distribuição da rede de agências bancárias, por meio da qual regionaliza-se os critérios para instalação desses fixos geográficos, mas também explicitamente voltada para a concentração da atividade bancária em menos atores (ou seja, diminuição da quantidade de bancos comerciais atuando no território nacional. No plano normativo, a política foi formalmente instrumentalizada por uma série de regulamentações, mas merece ênfase o Decreto-Lei nº 6.541/1944 e a Instrução nº 37, de 20 de junho de 1951. À medida em que um número reduzido de instituições bancárias se espalhava pelo território, formava-se uma relação de controle-sujeição entre a região da sede e as demais, esboço do processo de centralização do comando financeiro do território. Ainda assim, no começo da década de 1960 as finanças, como os demais conteúdos do território, ainda seguem inerentes à vida regional e, portanto, não autônoma em relação a este arranjo espacial (CONTEL, 2006).

Toda a dinâmica exposta concerne ao funcionamento dos bancos privados nacionais, que em 1972 concentravam 72,6% das agências de todo o país (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.186). Por sua vez, os bancos estrangeiros eram pouco expressivos desde o fim da Segunda Grande Guerra, muito em função da disciplina inibidora do ordenamento jurídico brasileiro da época, mas também porque não se revelava vantajoso

em termos econômicos. Dito isso, merece menção outra ação importante da SUMOC que compreendeu a criação de novos agentes financeiros na divisão financeira do trabalho: em 1964, as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimentos (as “financeiras”) e os bancos federais regionais. De forma muito breve, foram introduzidas as “financeiras” para cuidar do crédito de médio prazo para consumidores. Os bancos federais regionais, de outro modo, foram concebidos em vista da preocupação com a concentração da industrialização do território e, portanto, com a finalidade de robustecer a densidade financeira de regiões menos desenvolvidas nesse aspecto – enfim, para atender à necessidade de crédito dirigido a impulsionar o desenvolvimento técnico das regiões, de sistemas de engenharia, e fortalecer as ações econômicas regionais (CONTEL, 2006)³⁷.

A autonomia das finanças começa a se projetar a partir da expansão do meio técnico-científico no território, que ocorre com incorporação de novos sistemas técnicos materiais e “imateriais” no espaço, bem como de novos conteúdos normativos que instrumentalizam política e juridicamente estes processos. Enfim, como já vem se sustentando nessa pesquisa, é da alteração das condições técnicas e normativas que os sistemas de ações extrapolam o plano local ou regional e paulatinamente tornam-se nacionais e internacionais (CONTEL, 2009).

No concernente aos sistemas técnicos materiais, a integração física do território foi ampliada através da capilarização dos sistemas de movimento rodoviário e aeroviário e do desenvolvimento dos sistemas de produção e distribuição de energia elétrica³⁸. Do ponto de vista da base técnica “imaterial”, inovações atreladas à base material das telecomunicações³⁹ conferiram fluidez e poder de alcance à circulação informacional sobre o território⁴⁰. O sistema técnico bancário imerge num processo de automação dos sistemas de ação e se transforma, implicando, também, alterações nas formas de sua

³⁷ O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) surge, em 1952, sob essa lógica (CONTEL, 2006).

³⁸ Dois acontecimentos são particularmente importantes: centralização do comando do sistema de energia elétrica na Eletrobrás, inclusive com nacionalização da de empresas norte-americanas ligadas à “American & Foreign Power Company (Anforp) e, em 1966, a construção do macrossistema técnico da Hidrelétrica de Itaipu, voltado para o abastecimento de energia elétrica da Região Concentrada (Sul e Sudeste) (CONTEL, 2006).

³⁹ As inovações do sistema de engenharia das telecomunicações consistiram na evolução da rede telefônica e na utilização de satélites. Até o final da década de 1960, num contexto de integração restrita, isto é, cuja cobertura não tinha alcance nacional, as tecnologias que formavam a base técnica do território nacional em termos de telecomunicações eram as ondas curtas, os cabos submarinos e as ondas hertzianas. A partir dessa época, essa última também é expandida para as principais aglomerações nacionais (CONTEL, 2006, p.105).

⁴⁰ É crucial invocar o sentido político das informações, que significa que estas “comportam (...) ordens e decisões, e vão contribuir para que uma nova divisão territorial do trabalho se instale nesta rede urbana nacional” (CONTEL, 2006, p.148).

organização⁴¹ (CONTEL, 2006, 2009). Convém apontar que a automação que os principais bancos privados obtiveram impôs um obstáculo intransponível para grande parte dos concorrentes (COSTA, 2008).

No tocante às telecomunicações, é somente na década de 1970 que a rede foi reconhecida como nacional. A técnica de microondas foi utilizada pela primeira vez no Brasil em 1957. Na década de 1960, haviam duas linhas de microondas que ligavam o Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas e Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Goiânia, enquanto o restante do país se articulava via ondas curtas e cabos submarinos com baixa capacidade de transmissão. Em suma, ainda se tratava de uma rede precária de telecomunicações. No final desta década, em 1969, como resultado de uma política industrial de telecomunicações de alta tecnologia, a rede de microondas se expandiu nos eixos Sudeste-Sul e Norte-Nordeste, quando então a rede se torna efetivamente nacional. Ainda, em 1985, foram introduzidas estações terrestres de satélites. Esta progressão foi um reflexo da substituição do paradigma eletromecânico pelo eletrônico e o resultado foi o alcance do objetivo de integração nacional, visto que a partir de então todos os municípios passaram a estar conectados às redes de suporte (DIAS, 2005).

Nesse bojo, tomava forma uma nova geografia urbana, marcada também por aquilo que Milton Santos denominou creditização do território. Esta creditização remete à necessidade das atividades econômicas de buscar “capital adiantado” no sistema bancário, e nesta ocasião refere-se a expansão do crédito rural, reflexo da “expansão do fenômeno do crédito para além das áreas urbanas do território, incorporando as finanças nos circuitos de produção agrícola”, processo que se deu sobretudo no decorrer da década de 1970 em função da expansão do meio técnico-científico no espaço rural⁴² (CONTEL, 2006, p.92; CONTEL, 2009).

⁴¹ Em 1979, o Banco Itaú, por exemplo, junto com a empresa Itautech, compuseram o grupo Itaú/Itautech-Philco, para realizar a automação do banco (SANTOS; SILVEIRA, 2001, pp.164-165). A automação dos bancos é um processo que merece uma análise mais acurada. O processo de automação foi executado entre 1965 e o início dos anos 1980. As principais novidades foram o uso dos computadores nos sistemas de ação bancários e, posteriormente, a introdução das tecnologias de processamento instantâneo das informações bancárias. Observou-se, nesse período, como efeito, uma nova forma organizacional dos agentes financeiros, que desconcentraram o processamento de informações através da instalação dessas infraestruturas em agências espalhadas no interior dos estados (CONTEL, 2006, pp.109-113).

⁴² A difusão do assalariamento e a modernização do espaço agrícola brasileiro (áreas produtivas dotadas de novos sistemas de objetos, e, portanto, novo conteúdo técnico) criou a necessidade de novas operações financeiras e, conseqüentemente, ensejaram a ampliação da concessão de crédito rural. Assim iniciou-se a financeirização do setor agrícola, que se viu paulatinamente cada vez mais inserido e dependente do sistema financeiro (CONTEL, 2006).

A respeito da repercussão das inovações tecnológicas das telecomunicações no sistema bancário nacional, Contel (2006, p.150) pontua o seguinte:

O sistema bancário brasileiro foi talvez o principal beneficiário da introdução dos sistemas técnicos informacionais no território. Dada a enorme quantidade de dados e mensagens que os atores financeiros geram e gerenciam, a passagem de um meio *técnico-científico*, para um meio *técnico-científico informacional* aumentou sensivelmente a produtividade e a eficiência das ações bancárias no território. Tanto no que diz respeito ao “fazer cotidiano” das agências, quanto na formação das primeiras redes bancárias nacionais, as técnicas da informação permitiram aos bancos e demais atores financeiros o início de sua hegemonia no comando do território"

De acordo com Contel (2006), na esteira das inovações técnicas e da sofisticação da integração territorial, o sistema bancário se moderniza, novos produtos financeiros são criados e difundidos e, dotados de maior mobilidade e a fluidez, impulsionam o entranhamento das finanças e das suas formas organizacionais em outras atividades produtivas. Os reflexos do novo sistema financeiro sobre a estrutura bancária nacional durante o período que compreende as décadas de 1960, 1970 e 1980, são:

A. a continuidade do processo de concentração bancária, atividade reservada a cada vez menos atores, cuja expressão é o desaparecimento de pequenos e médios bancos privados, bem como os grupos financeiros locais e regionais, adquiridos ou fundidos (enfim, que passaram o controle) pelas grandes instituições, de porte nacional. O Bradesco S/A e o Itaú constituem-se, sob esse contexto, como bancos nacionais, e, a partir de então, admite-se a formação de um mercado nacional de crédito. A ascensão desses bancos específicos não responde apenas às incorporações dos bancos menores ou regionais, haja vista que reflete também a posição de liderança tecnológica que os bancos assumem ao se envolverem diretamente com a indústria de informática (COSTA, 2008). Frisa-se que o processo de concentração não implicou a diminuição da rede bancária. Ao contrário, o que se observou, concomitante à diminuição de empresas do setor bancário atuando no Brasil, foi o aumento da quantidade de agências bancárias no território;

B. contrabalanceando a tendência centralizadora, remanesce a dinâmica regionalizada e mais orgânica com o território no contexto da atuação dos bancos oficiais, estaduais e federais, responsáveis, como já mencionado, pelo financiamento de infra-estruturas. Constatou-se, a partir da análise do Banespa, por exemplo, um sistema de ações de caráter distributivo e “horizontalizador”, que evidentemente visava a desconcentração geográfica dos financiamentos e abrangência de todos os setores produtivos nos programas de financiamento;

C. a elevação de São Paulo à função de *centro de comando informacional e financeiro* do Brasil.

No fim dos anos 1980 é promulgada a Constituição Federal de 1988, um símbolo da redemocratização do sistema político brasileiro que traz repercussões para o sistema financeiro e bancário de tal modo que considerou-se ter ocorrido uma “mini-reforma do sistema bancário” (VIDOTTO *apud* CONTEL, 2006, p.143). Após a Constituinte, entre 1988 e 1994, a já hegemônica ideologia neoliberal enfim consumou a liberalização do mercado financeiro brasileiro e promoveu a abertura aos capitais estrangeiros. É o que se extrai do artigo 192, original, elaborado pelo constituinte, que autorizou praticamente sem obstáculos o ingresso de instituições estrangeiras no sistema financeiro nacional. O produto disso tudo foi o aumento do número de atores na estrutura bancária nacional (CONTEL, 2006; COSTA, 2008).

A Resolução nº 1.524 de 1988 do Banco Central alterou a regulamentação e conferiu maior liberdade às instituições privadas a respeito dos critérios de instalação da sua rede de agências, que se disseminam pelo território e conferem maior maleabilidade à gestão. O efeito foi a mudança da distribuição dos fixos geográficos dos bancos no território, que, na prática, acarretou na ampliação da importância das regiões de maior desenvolvimento técnico-científico-informacional (CONTEL, 2006). Os bancos disseminam suas agências pelo território com a finalidade de estender seu raio de ação, almejando não só abarcar o mercado nacional como um todo, mas, e principalmente, aumentar sua fatia no disputado espaço urbano das grandes metrópoles” (TEIXEIRA, 1985, p.197).

Além disso, a autoridade monetária autorizou a figura dos “Bancos Múltiplos”, permitindo que empresas comerciais e industriais, por exemplo, também desempenhassem funções financeiras. Ainda, mais um aspecto de singular importância para a pesquisa extrai-se da análise norma constitucional contida no artigo 192 original da Carta Maior, que autorizou praticamente sem obstáculos o ingresso de instituições estrangeiras no sistema financeiro nacional. O produto disso tudo foi o aumento do número de atores na estrutura bancária nacional (CONTEL, 2006).

Do que foi exposto, o que se extrai é que a partir de 1945 a movimentação financeira começa se intensificar no país, porém ainda essencialmente regionalizada. É no período entre 1964 e a década de 1990 que o sistema financeiro paulatinamente se centraliza e torna-se de fato nacional. A expansão dos conteúdos técnicos materiais e

imateriais, das tecnologias das telecomunicações, utilizadas a serviço da cada vez mais proeminente fluidez informacional (e de decisões), os sistemas de engenharia, e a consequente creditização do território, somados ao arcabouço normativo, implicaram os processos de concentração bancária e de expansão dos fixos geográficos, com ênfase para as agências bancárias na topologia bancária.

2.2 Reestruturação bancária dos anos 1990

Os artigos de Arienti (2007), Contel (2009), Montenegro (2007) e Santos & Silveira (2001) amparam a compreensão do processo de reestruturação bancária brasileira na segunda metade da década de 1990 e suas implicações para o sistema financeiro nacional.

De forma esquemática, podemos dizer que o arranjo político-normativo que conjuga o Plano Real, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), o Programa de Incentivo à Redução do Estado na Atividade Bancária (PROES) e o Acordo da Basiléia, pode ser considerado como uma das bases destas transformações estruturais, pois este arranjo promoveu um processo combinado de concentração e abertura do setor bancário brasileiro. Não logrou, contudo, a expectativa de aumento da oferta e redução dos custos do crédito (ARIENTI, 2007).

O Acordo de Basiléia, por outro lado, ao qual o Brasil aderiu em 1994, consistiu uma iniciativa de cooperação internacional, formulada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para padronizar e harmonizar as normas aplicáveis às instituições financeiras. O Brasil ingressou com o objetivo de conferir maior segurança ao sistema bancário nacional. O ponto primordial do acordo é a instituição da concepção de capital a ser exigida aos bancos, que devem incorporá-la para fins de segurança sistêmica, visando a cobertura do risco de crédito das operações ativas das instituições financeiras. O capital do banco passa a ser constituído pelo Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), que consiste no total de capital líquido e ajustado à inflação que possui o banco, e o Patrimônio Líquido Exigível (PLE), o quanto de capital o banco deve ter, para dar cobertura, tendo como referência o grau de risco de crédito que assume em suas operações. Ou seja, quanto maior o grau de risco, maior o nível de capital exigível. Cabe às autoridades monetárias cobrar dos bancos a compatibilidade entre o volume e grau de risco de ativos, de um lado, e o nível de capital líquido do banco, de outro. As implicações

do acordo no sistema brasileiro são, em suma, mais uma vez a concentração do sistema bancário e a perda de importância do crédito nos ativos dos bancos. Do ponto de vista da estrutura de mercado, as exigências em torno do nível de capital prejudicaram pequenas e médias instituições que atuavam com mais risco e alavancagem do que as instituições grandes. Essas medidas interferiram na concorrência e na competitividade e produziram concentração: favoreceram os grandes bancos os elevando à posição de monopólios ou oligopólios. No que se refere à operacionalidade dos bancos, observou-se que houve um processo de realocação de recursos bancários: (a) passou-se a privilegiar os ativos de pequena ponderação de risco e (b) diminuição da importância do crédito no ativo total, que perde relevância para os ativos baseados na carteira de títulos públicos federais (ARIENTI, 2007).

Ainda de acordo com Arienti (2007), o PROES e o PROER foram políticas implementadas pelas autoridades governamentais para evitar uma crise de insolvência e viabilizar o processo de reestruturação do setor bancário. A mudança estrutural provocada foi um processo de concentração do setor bancário, entendido em duas facetas, como um duplo movimento de (1) privatização (refletida no aumento da participação dos bancos privados em detrimento dos bancos públicos) e (2) mudança de propriedade (decorrente do aumento da participação dos bancos estrangeiros e diminuição dos bancos nacionais privados e públicos).

Com a inserção mais aguda do país na globalização a partir dos anos 1990, uma série de políticas ligadas às finanças foram implementadas. O PROES e o PROER foram, em síntese, políticas de desregulamentação e desnacionalização que culminaram numa profunda reestruturação do setor bancário. Em termos territoriais, São Paulo se consolidou como centro da concentração financeira nacional, constituindo-se como metrópole nacional e, logo, projetando-se internacionalmente. Para o sistema bancário, uma das principais consequências da reestruturação do sistema financeiro nacional foi a autorização para que instituições não bancárias, como agências financeiras de crédito pessoal e redes varejistas, incorporassem funções essencialmente bancárias. Com efeito, se multiplicaram e se diversificaram os atores credores no sistema financeiro (MONTENEGRO, 2017).

Por outro lado, culminou na instalação de novas racionalidades no espaço nacional, como nos novos sistemas técnicos do Sistema de Pagamentos Brasileiro nos anos 2000 e na nova topologia bancária resultante da *hipercapilarização* dos fixos geográficos financeiros no Brasil (CONTEL, 2009).

A “hipercapilaridade das finanças” deriva da renovação técnica e organizacional da atividade bancária, por meio dos quais as finanças se expandem pelo espaço nacional, exprimindo na topologia bancária uma maior cobertura do território com fixos geográficos, e ofertam novos serviços bancários, especialmente a concessão de crédito, que se propaga geograficamente (CONTEL, 2006).

De acordo com Montenegro (2017), a expansão do crédito pelo território é uma expressão da financeirização. A autora examinou a *creditização* por segmentos da população e constatou que a porção de menor renda foi o foco do processo, de tal modo que se num primeiro momento a maior oferta de crédito generalizada gerou o aumento do consumo, em seguida acarretou o reverso, o endividamento em massa.

Se o começo dos anos 1990 foi um período de implementação de políticas liberalizantes e de controle inflacionários, ao fim da década retorna-se ao cenário de crise. Porém, mantém-se a tendência de concentração e a progressiva desnacionalização do sistema bancário nacional conduzido pelos governos de FHC. Na entrada do século XXI, a ampliação da internacionalização do mercado financeiro ocasionada, com efeito, a redução do poder do Banco Central do Brasil em relação ao crédito e à oferta de moeda doméstica (COSTA, 2008).

De 2000 para 2002, observou-se um incremento da participação dos bancos privados nacionais e estrangeiros no mercado de crédito, enquanto houve queda da atuação dos bancos públicos, sendo certo que se trata, ainda, do efeito das políticas de privatização dos bancos públicos estaduais e de saneamento dos bancos públicos federais. Em 2002, 94,6% das operações de crédito do SFN eram procedidas pelo sistema bancário, sendo 37,4% provenientes dos bancos públicos, 36,9% de bancos privados nacionais e 25,7% de bancos estrangeiros (COSTA, 2008).

A partir de 2003 ocorre a proliferação do acesso popular a bancos, o que Costa (2008) denomina como “bancarização” da população de baixa renda. Embora tenham sido feitas muitas referências ao processo de expansão da rede de agências no território, sempre havia, concomitantemente, o processo de realocação bancária. Nesse período, cerca de 30% das cidades do país não tinham nenhuma agência bancária. Em 2007, 34,5% dos municípios possuíam apenas uma dependência bancária (1.479 tinham agência e 447 possuíam um posto de atendimento) (COSTA, 2008). Para o autor, a ausência de estrutura bancária na cidade prejudica o desenvolvimento econômico. No entanto, a falta de agência passa a ser contrabalanceada através da instalação de outros fixos geográficos, como os caixas eletrônicos e os correspondentes bancários, de tal modo que avance a

oferta de serviços financeiros também para os lugares em que não há cobertura bancária via agência. Trata-se de um dos papéis principais da nova tecnologia bancária, baseada nos processos de automação, regulamentação e vontade política, acarretando a difusão do acesso ao crédito bancário.

Capítulo 3 – Internacionalização bancária brasileira

Mostrou-se necessário introduzir este capítulo com uma discussão conceitual para anteceder o tratamento com dados. Os termos técnicos que objetivamente precisam ser trabalhados com uma definição aprimorada, são: “agência”, “escritório de representação”, “subsidiária”, “participação” e “dependência”.

Com base no *Glossário do Banco Central*, em Jabra (2018, pp. 44-45) e em Nunes et al (2011, p.63), tem-se que *subsidiária* é a empresa criada ou adquirida cujo capital social com direito a voto é constituído por participação societária - pelo menos - majoritária de outra empresa (50% mais uma das ações ou quotas), a qual exerce poder de controle. No concernente à atuação internacional das empresas brasileiras, a subsidiária é uma modalidade de investimento brasileiro no exterior, sendo, em síntese, para fins deste estudo, a instituição financeira situada no estrangeiro, mas controlada por banco nacional.

Ainda assim, cumpre-se mencionar que a despeito do controle exercido pela empresa estrangeira, a subsidiária se distingue do tipo filial pois é inteiramente autônoma da matriz, uma vez que a sua nacionalidade e o ordenamento jurídico ao qual se submete são do país em que está localizada - e não ao país de origem da empresa que a controla. As subsidiárias são tipicamente voltadas às operações de varejo no país de destino. Por sua vez, a *agência*, assim como a *filial*, é uma extensão da propriedade do banco matriz, mas que obedece a jurisdição do país em que está instalada. Diferentemente da filial, a agência está impedida de captar depósitos locais e é preferida justamente quando sua atividade principal consiste na concessão de créditos num padrão não autorizado nos moldes das filiais; o *escritório de representação* também é uma forma juridicamente dependente da instituição-mãe, e impedida tanto de captar depósitos locais, como de conceder empréstimos. Pelo fato de estabelecerem relacionamento com uma rede de bancos do sistema bancário do país de destino, são usualmente usados com o objetivo de estreitar o contato com bancos e clientes locais e avaliar a viabilidade do aprofundamento dos negócios naquela localidade. São consideradas *dependências* no exterior as filiais e os escritórios de representação, conforme art. 1º, §1º da Resolução nº 2.723/00 do BCB.

3.1 Internacionalização do sistema bancário nacional: abertura para instituições bancárias estrangeiras

Freitas (2011) examinou as características da internacionalização dos bancos brasileiros nas suas duas formas principais: 1. a participação dos bancos estrangeiros no sistema brasileiro; e 2. a inserção dos bancos nacionais no exterior. Em 1995 o Brasil abandonou a tradicional política da reciprocidade⁴³ e passou a incidir ativamente visando a internacionalização do sistema bancário doméstico. Para além do arranjo político-jurídico já mencionado, acrescenta-se o dispositivo que confere competência ao governo federal para aprovação da entrada de bancos estrangeiros (art. 52, ADCT), a Exposição de Motivos nº 311 e a Resolução nº 2.212 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Nota-se que a orientação em prol da abertura do sistema bancário às instituições forâneas significou uma ruptura com a lógica prevalecente no sistema bancário brasileiro até então. Teixeira (1985) ensina que, na verdade, o compromisso protecionista com a manutenção do predomínio (e, com efeito, do controle) nacional na estrutura do sistema bancário interno era um traço distintivo e singular do processo de internacionalização do capital financeiro no Brasil.

O processo de desnacionalização do sistema bancário nacional ao longo dos anos 1990, durante os governos FHC, provocou a ampliação da internacionalização do mercado e a redução do poder do Banco Central do Brasil em relação ao crédito e à oferta de moeda doméstica (COSTA, 2008). “O governo FHC apostou todas as fichas em instituições estrangeiras”, lembra o autor (COSTA, 2008, p. 268).

A política econômica federal era conveniente ao ingresso de bancos estrangeiros no sistema bancário brasileiro. De acordo com Jabra (2018), a indústria bancária brasileira era muito atraente ao capital estrangeiro e reflexo disso é o fato de que 42% (USD 32 bilhões) dos USD 77 bilhões investidos no setor bancário da América Latina e Caribe sob a forma de investimento direto externo (IDE) na década de 1990, destinaram-se ao Brasil.

Como se observa no Quadro 1, na década de 1990, o número de bancos estrangeiros atuando no sistema financeiro brasileiro cresceu de 32 para 70. Segundo Freitas (2011), as instituições estrangeiras ingressaram tanto pela aquisição do controle acionário de bancos nacionais (como foi o caso do espanhol HSBC), quanto pela

⁴³ Desde a reforma financeira de 1965 até 1995, o IDE no sistema bancário brasileiro (...) dependia da aplicação do princípio de reciprocidade. Por este critério, o governo brasileiro autorizava exclusivamente a entrada de bancos originários dos países que permitiam o acesso de bancos brasileiros aos seus sistemas financeiros (Freitas, 2011, p.33). Cumpre ressaltar, no entanto, duas exceções: (1) entre 1946 e 1964 vigorou no Brasil, contrariamente ao princípio da reciprocidade, a total liberdade de acesso de instituições estrangeiras ao sistema financeiro nacional; (2) a instalação de escritórios de representação sempre esteve permitida, pois nunca se aplicou o princípio da reciprocidade pra esta modalidade de IDE (FREITAS, 2011).

instalação de sucursais ou subsidiárias (como foi o caso do holandês Rabobank). O ano de 2001 foi o ápice deste processo, a partir de quando declina sensivelmente a presença de bancos estrangeiros no sistema nacional.

De acordo com o *Relatório de Evolução do SFN – dezembro 2000*, do Banco Central, entre 1995 e 2000 a participação dos bancos com controle estrangeiro no patrimônio, na captação externa e nas operações de crédito, todos no contexto da área bancária, subiu, respectivamente, de 13,08% para 28,30%, de 22,79% a 42,41% e de 5,72% a 25,16%. Enquanto isso, a participação dos bancos nacionais caiu de 75,73% para 59,98% no patrimônio da área bancária e de 69,14% a 45,52% na captação externa da área bancária. Os bancos com participação estrangeira (mas não controle) também apresentaram aumento, porém muito sensível.

O Quadro 1 também revela que na década seguinte, entre 2001 e 2007, enquanto crescia o número de agências de instituições públicas e privadas nacionais (as primeiras, de 6.695 para 7.931, e, as segundas, de 5.417 para 6.311), decresceu o número de agências de bancos sob controle estrangeiro, de 3.799 para 3.387. Ainda neste período, cresceu sensivelmente a quantidade de agências de bancos nacionais com participação estrangeira, de 930 para 943. Dentre outros aspectos, esses números revelam o êxito da estratégia defensiva dos grandes bancos privados brasileiros frente ao avanço das instituições estrangeiras. Ao longo das duas décadas, o Bradesco e o Itaú mantiveram-se como os dois principais bancos do sistema nacional e ao final da primeira década de 2000, o Itaú se elevou ao topo, assumindo a primeira posição em virtude da fusão com o Unibanco em 2008 (FREITAS, 2011).

Tabela 1: Brasil: Evolução quantitativa de instituições estrangeiras no sistema bancário

Período	Bancos estrangeiros			Nacionais com participação estrangeira
	Subsidiária	Filial	Total	
1990	13	19	32	31
1995	21	17	38	30
2000	57	13	70	14
2005	49	8	57	8
2009	49	6	55	9

Fonte: adaptado de Freitas (2011, p.14)

Tabela 2: Brasil: Evolução quantitativa de instituições estrangeiras no sistema bancário, por país (2000 a 2020)

Região/país	2000		2010		2020	
	Filial	Banco*	Filial	Banco*	Filial	Banco*
América Latina						
Argentina	2		2		2	
México				1		1
Uruguai	1	2	1	1	1	
Venezuela		1				
América do Norte						
EUA	3	17	2	14	2	12
Europa						
Alemanha	1	5		5		5
Espanha	2	6		4		4
França		3		6		6
Holanda	1	4	1	3	1	6
Inglaterra	1	5		3		2
Itália		6		1		3
Portugal	1	4		5		2
Suíça		4		2		3
Ásia						
Baharain		1		1		
China				1		5
Coréia do Sul		1		2		4
Japão		4		5		6

Fonte: elaboração própria com base nos dados do Banco Central

*Na coluna “Banco” estão inseridas as participações nas formas de banco múltiplo, banco comercial e banco de investimento.

A Tabela 2 foi elaborada a partir dos dados colhidos nos Quadros 19, 16 e 12 dos Relatórios de Evolução do SFN de 2000, 2010 e 2020, respectivamente, disponibilizados pelo Banco Central do Brasil. De acordo com o Quadro 29 do Relatório de Evolução do SFN – dezembro 2000, dos bancos com controle estrangeiro que atuavam no sistema financeiro brasileiro ao final daquela década, os países da América Latina, Argentina, Uruguai e Venezuela, somavam 0,28% da participação estrangeira total. Os Estados Unidos chegavam a 27,07%, a Europa 70,58%, com destaque para a participação da Espanha (27,47%), Holanda (14,66%) e Inglaterra (13,69%). A Ásia (Japão, Baharain e Coréia) alcançavam 2,07%. Não há um quadro semelhante no Relatório de 2020, porém, é visível, a partir das informações da Tabela 2, que o cenário não sofreu alterações significativas. A América Latina continua com uma participação irrisória no sistema financeiro brasileiro, enquanto os Estados Unidos mantém-se imperioso como o país mais importante, perdendo o posto apenas para a Europa, isto é, quando reunidos os dados dos

países do continente. Extrai-se também que a estratégia de inserção no SFN de controle estrangeiro sobre instituições financeiras (ou seja, cujo capital votante seja maior ou igual a 50%) prepondera sobre a abertura de filial. Apenas a Argentina conservou a estratégia exclusiva das filiais do *Banco de La Nación Argentina* e do *Banco de La Provincia de Buenos Aires*, conforme consta no Quadro 13 do Relatório de Evolução do SFN de 2020. Outro aspecto relevante a respeito da estratégia de inserção de grupos estrangeiros no SFN reside na evidente preferência do controle sobre instituições bancárias sob a forma de banco múltiplo.

3.2 Internacionalização dos bancos brasileiros no exterior

No que tange à projeção das instituições nacionais no exterior, já nos anos 1970 bancos brasileiros de destaque, como o Banco do Brasil, entre os públicos, e o Banco Real, um banco privado, expandiram-se para além do plano doméstico e introduziram-se num processo de internacionalização bancária (COSTA, 2008).

Desde as primeiras incursões nos anos 1940, houve alguns momentos de encolhimento e poucos de expansão. Até os anos 1990 o Banco do Brasil foi o principal protagonista deste processo no continente, tendo a sua atuação recuado na década de 1980 (principalmente em razão da crise da dívida externa). A década da reestruturação e da consequente concentração do sistema bancário nacional também é compreendida como um período de encolhimento, por terem os bancos nacionais priorizado a competição no âmbito interno. Ainda assim, os bancos Itaú e Bradesco se consolidaram nesta época como os maiores bancos do sistema nacional no exterior. Entre 2003 e 2007, sob um contexto econômico favorável, ocorreu a expansão internacional dos bancos brasileiros, tendo como destino principal os países desenvolvidos. A crise financeira sistêmica que começou nos países centrais em 2007 acarretou na transferência da preferência dos investimentos externos, em função do risco, para os centros financeiros *offshore* e países em desenvolvimento, principalmente os da América Latina. Este momento é primordial considerando o objeto desta pesquisa. Em 2009, no entanto, o abrandamento da crise provocou a retomada da importância dos mercados desenvolvidos (FREITAS, 2011). Ressalta-se que o estudo do “movimento contrário” – isto é, da entrada de bancos estrangeiros no mercado brasileiro – é fundamental para compreender o Sistema Financeiro Nacional (SFN), razão pela qual foi aproveitado o robusto trabalho da autora nesse sentido.

Da leitura do artigo de Costa e Souza-Santos (2010), podemos inferir que a internacionalização do Itaú e do Banco do Brasil – os bancos nacionais mais relevantes em termos de presença internacional em 2010 – ganhou relevo no contexto político-econômico pós-1994, quando passaram a adotar explicitamente a internacionalização enquanto estratégia de expansão. O ambiente que engendrou o fenômeno se constituiu das condições em que se encontravam os bancos, o Sistema Financeiro Nacional e a economia nacional na década de 1990 – sendo assim necessário recorrer às respectivas trajetórias ao longo do século XX. A estratégia de expansão pela internacionalização elevou o Itaú à posição de 16º maior banco do mundo, enquanto o Banco do Brasil chegou a R\$ 5 bilhões investidos no estrangeiro em 2009 (COSTA; SOUZA-SANTOS, 2010).

3.2.1 Banco do Brasil

Em linhas gerais, segundo Costa e Souza-Santos (2011) e Jabra (2018), a história do Banco do Brasil (BB) pode ser separada em três momentos, intercalados por períodos de descontinuidade: (1) fundado em 1808 e liquidado em 1833; (2) refundado em 1853 da união entre Banco de Mauá e Banco Comercial do Rio de Janeiro, logo extinto como consequência da fusão com o Banco da República dos Estados Unidos, da qual surgiu o Banco da República do Brasil; e (3) refundado em 1905 como instituição voltada ao desenvolvimento nacional.

Ao longo do século XX, como já foi tratado, foi cedendo a função atrelada à execução de política monetária e cada vez mais tomando a feição de banco múltiplo. Com a reforma de 1964, foi transferido o posto de autoridade monetária ao Banco Central do Brasil, embora tenha conservado o status de “autoridade monetária híbrida” até 1986. Durante a década de 1980, ganhou relevo enquanto banco múltiplo através da inauguração de subsidiárias e do oferecimento de novos produtos financeiros⁴⁴. Com a reforma bancária de 1988, abandonou a função de caixa do Tesouro nacional e na década de 1990 assumiu uma postura voltada a competição com as instituições privadas no mercado financeiro (COSTA; SOUZA-SANTOS, 2011).

⁴⁴ “Em 1987, nasceram quatro subsidiárias: BB Financeira S. A.; BB Leasing S. A.; BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S. A. e BB Administradora de Cartões de Crédito S. A.. No ano seguinte, passou a oferecer novos produtos como o Ourocard, primeiro cartão de múltiplo uso do mercado e serviços como leasing financeiro, além da criação de uma nova subsidiária, a BB Banco de Investimento S. A.” (COSTA; SOUZA-SANTOS, 2011, p.2).

A estratégia de internacionalização teve suas primeiras expressões nas décadas de 1960 e 1970 e uma segunda onda nos anos 2000. Este primeiro movimento foi implementado sob a “política de internacionalização via implantação de filiais”, a qual experimentou um início de crescimento “beneficiado pela abertura de escritórios de representação e agências numa série de cidades nos quatro cantos do mundo”, mas que, devido ao início da crise macroeconômica brasileira e do próprio banco, foi logo refreada pelo regresso do eixo para o mercado interno. Como resultado da contração, a diminuição do número de dependências e funcionários no exterior. Ressalta-se, contudo, que dada a expressividade da imersão do banco no plano internacional, foram mantidas atividades ligadas às funções estatais de banco público no estrangeiro (COSTA; SOUZA-SANTOS, 2011, pp. 5-6). Na primeira década, o Banco do Brasil se internacionalizou para a América Latina (Bolívia, Peru, México, Colômbia, Venezuela e Equador, como mostra o Quadro 1, a seguir) e logo em seguida para Europa e Estados Unidos; na segunda década se estendeu para Ásia (Japão e China), África, Austrália e Cayman. De 14 agências no exterior em 1971, aumentou para 36 em 1977 e 61 em 1980 (JABRA, 2018).

Quadro 1 – Expansão internacional do Banco do Brasil entre 1960-1980

Ano	Fato
1967	- Agências na Bolívia em Santa Cruz de la Sierra. - Negociações para instalação de agências no Peru. - Filiais e escritórios na Cidade do México (México), Bogotá (Colômbia), Caracas (Venezuela) e Quito (Equador).
1969	- Autorização para abertura de filial em Nova York tendo como justificativa o intercâmbio comercial e financeiro entre Brasil e Estados Unidos.
1970	- Inauguração da agência em Hamburgo (Alemanha) e início do funcionamento de escritórios em Paris (França), Londres (Grã-Bretanha) e Tóquio (Japão). - Instalação em Londres, maior mercado financeiro mundial, onde passou a participar do mercado de euromonedas e “reciclagem de petrodólares”.
1971	- O Banco contava com 975 agências em território nacional e 14 no exterior. - Criação da European Brazilian Bank Ltd. (Eurobraz), uma empresa de investimentos. Posteriormente, associados a Cia. Arabe et Internationale D’Investissement de Luxemburgo, o Banque Arabe et Internationale D’Investissement em Paris, e o Brazilian American Merchant Bank de capital exclusivo do BB em Grand Cayman.
1977	- Escritórios de representação em Sydney (Austrália) e Lagos (Nigéria). Além da participação em empreendimentos diversos e representado por 36 agências.
1980	- Rede externa com 61 unidades, três subsidiárias, presente em Viena (Áustria), Macau e estudos para a instalação de dependências em Varsóvia (Polônia).
1982	- Criação da BB-Leasing Company Ltd., sediada em Grand Cayman, visando o financiamento do arrendamento das plataformas de prospecção de petróleo para a Petrobras. Na África Mediterrânea, abriu dependências no Cairo, Casablanca e Túnis; ao sul do Saara em Dakar e Libreville. Em Paris, inaugurou a BB-Tours Voyages et Tourisme visando a ampliação do turismo para o Brasil.

Fonte: COSTA; SOUZA-SANTOS, 2011, pp.4-5

Por outro lado, a internacionalização dos anos 2000 foi pautada em estratégia distinta. Abandonou-se a proposta de expansão baseada na abertura de dependências (escritórios e agências) e passou-se a perseguir a projeção do banco como “*player internacional*”, inserindo-se no mercado externo sob um viés privado, visando fortalecer sua posição no mercado bancário, bem como articulado com a diplomacia estatal dentro do propósito de inserção internacional da economia brasileira⁴⁵. A compra do Banco da Patagônia⁴⁶, na Argentina; o acordo com o banco português Espírito Santo e Bradesco⁴⁷; e a compra do EuroBank⁴⁸, nos EUA, devem ser lidas dentro desse contexto (COSTA; SOUZA-SANTOS, 2011).

Merece destaque o pioneirismo do BB no movimento de internacionalização bancária brasileira. Na esteira do BB, bancos como Itaú/Unibanco e Bradesco também se lançariam no plano internacional através das aquisições e parcerias, sendo que uma das expressões desse movimento consistiu na instalação de redes de agências (COSTA; SOUZA-SANTOS, 2011).

3.2.2 Itaú/Unibanco

O Itaú/Unibanco surgiu em 2008, fruto da aquisição do Banco Unibanco pelo Banco Itaú S.A. (Itaú). Fundado em 1945, seria somente entre 1970 e 1990 e entre 2000 e 2010 que o Itaú adotaria uma estratégia de aquisições que o elevaria à posição de segundo maior banco privado do Brasil, no primeiro período, e de maior banco atacado atuando no Brasil, no segundo. O Unibanco surgiu em 1924 e foi também por intermédio das aquisições, e nestes mesmos períodos, que o lançaram a terceiro maior banco do país e a um dos cinco maiores bancos da América Latina (JABRA, 2018).

⁴⁵ Para ilustrar esse quadro, tem-se, de um lado, a evidência de que a instituição se guia por lucros e resultados, como uma empresa privada, quando o Banco do Brasil passou a negociar suas ações na Bolsa de Nova York; e, de outro, a ideia de que a internacionalização do Banco do Brasil se confunde com a própria internacionalização da economia do país. Esta estratégia foi revelada quando o ex-presidente Lula declarou, em 2009, que “o BB precisa virar o banco mais importante da geografia política do nosso continente” (COSTA; SOUZA-SANTOS, 2011, p. 5).

⁴⁶ “O BB passou a deter 51% do capital votante, totalizando US\$ 479,66 milhões. O Patagônia possuía, em 2009, 2,57 bilhões de dólares em ativos, carteira com mais de 775 mil clientes e 2.660 funcionários” (COSTA; SOUZA-SANTOS, 2011, p. 5). O valor da compra foi US\$ 480 milhões. O Banco Patagônia possuía 775 mil clientes e 2.660 funcionários (JABRA, 2018, p.134).

⁴⁷ Acordo para a expansão das operações na África (COSTA; SOUZA-SANTOS, 2011).

⁴⁸ Banco pequeno com três agências, adquirido pelo valor de US\$ 6 milhões (COSTA; SOUZA-SANTOS, 2011).

De acordo com Mello & Rocha (2003), em 2000 os desempenhos do Itaú e das outras quatro marcas de bancos inseridas no sistema Itaú S/A⁴⁹, colocavam o banco como o segundo maior conglomerado financeiro privado da América Latina.

Ainda antes da fusão entre Itaú e Unibanco, o Itaú inaugurou sua internacionalização em 1979, ao abrir três agências no exterior: duas para acompanhar clientes exportadores, com o propósito de oferecer crédito compatível com o mercado internacional, localizadas em Nova Iorque e Ilhas Cayman; e uma na Argentina com o intuito de se lançar como um ator importante na intermediação comercial bilateral entre o Brasil e a segunda maior economia da região. Já nos anos 1990, criou em Portugal uma sociedade de investimento que posteriormente foi transformada no Banco Itaú Europa (MELLO; ROCHA, 2003).

O aprofundamento da investida do Itaú na Argentina nos anos 1990 representa o início das atividades internacionais de varejo do Itaú. De acordo com Mello & Rocha (2003), o projeto de internacionalização do banco Itaú no mercado argentino envolvia a atuação do Itaú e do Itaú Argentina. O primeiro, associado à área de *corporate*, atendia empresas brasileiras inseridas na economia da Argentina. Portanto, o propósito neste empreendimento era o de acompanhar os clientes brasileiros no mercado argentino. O segundo consistiu na abertura de uma subsidiária, concebida para a atuação no varejo, voltada ao atendimento de pessoas físicas dos segmentos de classes C1, C2 e C3, através da implantação de 35 agências. Por sua vez, a motivação para a criação da subsidiária derivou de pretensões mais amplas, idealizada a partir da percepção de uma oportunidade de mercado⁵⁰ favorável ao lançamento de uma nova empresa no mercado externo (*greenfield investment*), que implicou a projeção da marca Itaú no mercado argentino, adentrando na rede bancária do país vizinho e, por conseguinte, em competição com os demais bancos domésticos atuantes no varejo bancário interno (MELLO; ROCHA, 2003).

Em virtude das novas configurações de competição que emergiam no mercado argentino, em 1998 o Banco Itaú Argentina optou por comprar um banco doméstico em

⁴⁹ BFB, Bemge, Banerj e Banco do Estado do Paraná, bem como outras empresas de seguro, capitalização e previdência privada.

⁵⁰ De acordo com Mello & Rocha (2003), a direção do Itaú compreendeu que a melhoria do ambiente econômico argentino propiciada pela estabilização da inflação (assegurada pelo plano econômico “Plano Austral”, da década de 1990), conferiu aos bancos brasileiros de porte do Itaú vantagens competitivas favoráveis à inserção naquele mercado.

operação⁵¹, o Banco del Buen Ayre, a partir de quando passou a denominar-se *Banco Itaú Buen Ayre* (MELLO; ROCHA, 2003).

Depois da união dentre Itaú e Unibanco, a internacionalização do Itaú/Unibanco esteve pautada no acompanhamento de empresas brasileiras já internacionalizadas e também com empresas estrangeiras que interessadas em ingressar no mercado interno brasileiro. Os primeiros movimentos de internacionalização se iniciaram na América Latina – Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile – em função da chamada “distância cultural” ser favorável. Posteriormente, frente à ameaça de não poder mais efetuar aquisições no mercado interno, o banco partiu para uma internacionalização mais expandida (JABRA, 2018). A ambição de manter-se na liderança no mercado brasileiro o conduziu à estratégia de “crescimento por si mesmo”, que significa a expansão orgânica na direção de novos mercados. O banco atua na Europa e nos Estados Unidos, mas o foco da estratégia de internacionalização é a América Latina (JABRA, 2018).

Jabra (2018) examina a estratégia de internacionalização do Itaú/Unibanco e identifica a ambição da instituição de tornar-se “o banco da América Latina”. Em 2018, dos 19 países em que o Itaú estava presente, nove situam-se na América Latina, “a região prioritária para a expansão internacional, devido à proximidade geográfica e cultural dos países da região com o Brasil e a experiência de administração de riscos” (JABRA, 2018, p.138).

Na Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai, o banco desempenhava fundamentalmente atividades características de banco comercial (varejo bancário, empresas, *corporate* e tesouraria). O escritório de representação do Itaú BBA do Peru concentrava as atividades do banco naquele país. Da fusão entre o Banco Itaú Chile e o CorpBanca, da qual surgiu o Itaú CorpBanca, o banco (1) alcançou o posto de quarto maior grupo do Chile⁵²; (2) o segundo maior no Paraguai e Uruguai; e (3) através do Banco CorpBanca Colômbia S.A., se introduziu no mercado bancário de varejo da Colômbia (onde operaria com a marca “Itaú”), como quinto maior banco, e também Panamá. Se na América do Sul atua como banco comercial, na Europa⁵³, nos EUA⁵⁴, no

⁵¹ Em detrimento da opção de continuar crescendo no mercado argentino via abertura de novas agências (MELLO; ROCHA, 2003).

⁵² Em termos de Ativo Total.

⁵³ Portugal, Reino Unido, Espanha, França, Alemanha e Suíça.

⁵⁴ Miami e Nova Iorque.

Caribe⁵⁵, no Oriente Médio⁵⁶ e na Ásia⁵⁷ atuou com clientes institucionais, banco de investimento, *corporate* e *private banking*. Merece realce a atuação do banco na Argentina: 15ª posição no varejo e primeiro na atividade de investimentos, em razão do que planeja avançar para além da Província de Buenos Aires, às regiões do agronegócio. No México, por seu turno, a atuação é inexpressiva, muito em função de ser um mercado já bastante saturado de bancos estrangeiros (JABRA, 2018).

Nunes *et al.* (2011) analisaram as estratégias de internacionalização do banco Itaú. Sua projeção internacional se iniciou nos anos 1980 e, ao final da década de 2000, chegou a se instalar em 12 países, tornando-se o banco brasileiro de maior envergadura internacional. Do ponto de vista teórico, o artigo se valeu de duas propostas principais para entender a internacionalização na América Latina: o chamado “paradigma eclético” de John Dunning e a “teoria de estágios de internacionalização”, da Escola de Uppsala. Para a primeira proposta, as decisões sobre essa temática respondem à verificação de vantagens competitivas de localização, de propriedade e de internalização e de fatores motivadores (acessos a recursos, mercado, eficiência e recursos estratégicos). Identificou-se, sobretudo em relação à investida no mercado argentino, uma série de vantagens competitivas de propriedade e de localização em favor do Itaú. Em relação às entradas no Chile e no Uruguai, constataram-se vantagens de posse e motivações. Para a Escola de Uppsala, por outro lado, a internacionalização obedece a uma estratégia sequencial, incremental, pautada na experiência gradativa e no comprometimento gradual. Detectou-se que a expansão da participação do Itaú na Argentina e a entrada no Chile, Uruguai e Paraguai, seguiram o modelo comportamental.

3.2.3 BTG Pactual

Em 1983 foi fundada a Pactual distribuidora de títulos e valores mobiliários do Rio de Janeiro, tornada banco em 1989. Na década de 1990 abriu uma corretora em Nova York, seu primeiro movimento de internacionalização. Em 2006, o Banco Pactual foi adquirido pelo grupo suíço UBS, mesmo período em que ex-sócios do Banco Pactual criaram a empresa de investimentos globais BTG (*Banking and Trading Group*). Porém,

⁵⁵ Ilhas Cayman e Bahamas.

⁵⁶ Dubai.

⁵⁷ Hong Kong e Tóquio.

em 2009, o grupo BTG comprou as operações do UBS no Brasil, transação da qual emergiu o BTG Pactual (PAULETTO, 2019).

A internacionalização do BTG Pactual pautou-se em três eixos estratégicos: a busca por novos mercados consumidores para ampliar a quantidade de clientes (*market seeking*); a expansão das atividades no exterior, levando seus clientes aos produtos oferecidos nos mercados externos (*resource seeking*); e a captação de profissionais experientes e altamente qualificados (*strategic asset seeking*). Ainda de acordo com Pauletto (2019), a expansão do banco na América Latina balizou-se na proximidade cultural com o Brasil e no acesso a novos mercados consumidores/investidores, bem como para ampliar a oferta de opções de investimentos para os clientes brasileiros.

3.3 Análise da internacionalização bancária a partir dos dados do Banco Central do Brasil

A outra base principal para a redação deste projeto foi a pesquisa documental preliminar que realizamos. Nossa principal fonte de dados estatísticos sobre a evolução da internacionalização dos bancos nacionais foram os já mencionados *Relatórios de Evolução do Sistema Financeiro Nacional* do Banco Central do Brasil (BCB). Estes relatórios são disponibilizados no site do Banco Central, e trazem informações sobre os seguintes elementos / variáveis: a estrutura do sistema; atendimento bancário no Brasil; investimentos de bancos brasileiros no exterior; capital externo investido no Brasil; e autorizações e cancelamentos de instituições financeiras. A partir das informações contidas nos quadros correspondentes aos investimentos de bancos brasileiros no exterior, é possível realizar uma mensuração mais precisa – assim como um mapeamento robusto – de quais são os bancos brasileiros que mais se internacionalizaram recentemente, quais os países que mais atraíram os bancos brasileiros, assim como as formas pelas quais optaram por ingressar na América Latina.

A análise preliminar mostrou que os principais bancos que se internacionalizaram recentemente foram Banco do Brasil, Itaú/Unibanco e BTG Pactual, razão pela qual foram os atores selecionados para a análise de dados estatísticos. Assim, as tabelas conterão informações apenas dos bancos cujo movimento foi mais intenso.

É importante frisar algumas questões que surgiram no desenrolar da pesquisa documental e da confecção das tabelas:

1. a insuficiência de dados obtidos na exaustiva pesquisa documental dos referidos relatórios do Banco Central. Das datas que se pretendia trabalhar comparativamente – 2000, 2005, 2010, 2015 e 2020 -, apenas os relatórios das duas últimas fornecem o detalhamento da localização e a quantidade efetiva das dependências de cada banco brasileiro no exterior. Os relatórios de 2005 e 2010 trazem dados quantitativos da internacionalização por banco e por localização, mas separadamente, de modo que não permite alcançar a informação quantitativa mais sofisticada da participação de cada banco e em cada localidade específica. Por sua vez, o relatório de 2000 sequer fornece dados quantitativos da atuação dos bancos brasileiros no exterior. Somente faz referência às localidades nas quais os bancos estão inseridos, sem demonstrar quantitativamente a distribuição de agências, escritórios e participações que os bancos nacionais possuem em cada lugar. Por este motivo, optou-se por trabalhar com os dados, em forma de tabela, em três blocos: a conjuntura em 2000, reflexo das movimentações da década de 90; entre 2000 e 2010 como expressão dessa década; e entre 2015 e 2020, de tal sorte a conhecer a movimentação mais recente da internacionalização dos bancos selecionados, com ênfase aos países latinoamericanos;
2. decidiu-se pela inclusão do BTG Pactual tendo em vista seus expressivos números no período recente.

O Quadro 2 – na página seguinte – apresenta a relação de destinos que os bancos brasileiros selecionados, ao final da década de 1990, localizavam seus investimentos internacionais em termos de agências, escritórios e participação societária. Dentre os três, o Banco do Brasil era o de maior expressão internacional, sobretudo na forma de agências, tanto na América Latina, como na Europa. Note-se que a cobertura de agências do Banco do Brasil na América Latina colocava a instituição presente em todo o Cone Sul e ainda na Bolívia e Venezuela, na América do Sul, e no Panamá, na América Central. Porém, no que se refere às participações societárias, ainda que estivesse presente no Chile e no Panamá, optava por investimentos no Velho Mundo. O Itaú, por outro lado, ainda antes de adquirir o Unibanco, não possuía nenhuma agência na América Latina (e nem na Europa, mas somente nos Estados Unidos e no paraíso fiscal das Ilhas Cayman). Contudo, já estava inserido na Argentina, Chile e Panamá via participações societárias.

Quadro 2: Localização das dependências e participações societárias dos bancos selecionados no exterior em 2000

Banco	Ano	2000		
		Agência	Escritório	Participação
<i>Banco do Brasil</i>	América Latina	Argentina Bolívia Chile Panamá Paraguai Uruguai Venezuela	Peru	Chile Panamá
	América do Norte	-	EUA	-
	Europa	Alemanha França Holanda Inglaterra Itália Portugal	-	Áustria Bélgica França Inglaterra Luxemburgo
	Ásia	Cingapura Japão	China	-
	Paraísos fiscais/outros	Bahamas Grand Cayman	-	Grand Cayman
<i>Itaú</i>	América Latina	-	-	Argentina Chile Panamá
	América do Norte	EUA	EUA	EUA
	Europa	-	Alemanha Portugal	Luxemburgo Portugal
	Ásia	-	-	-
	Paraísos fiscais/outros	Grand Cayman	-	Grand Cayman
<i>Banco Pactual</i>	América Latina	-	-	Uruguai
	América do Norte	-	-	-
	Europa	-	-	-
	Ásia	-	-	-
	Paraísos fiscais/outros	-	-	Bahamas Grand Cayman

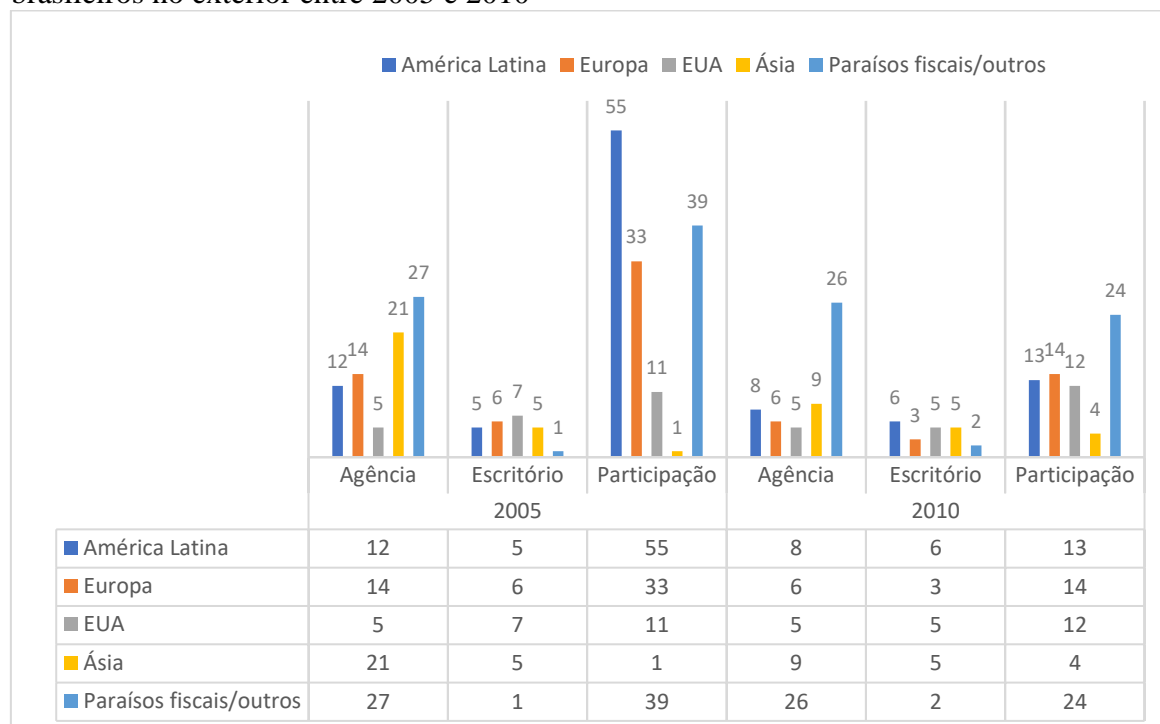
Fonte: adaptado a partir do Relatório de Evolução do SFN – dezembro 2000

Por sua vez, como mostra também o quadro, a projeção internacional do Banco Pactual (que não se confunde com o BTG Pactual), era muito tímida: nenhuma agência e nenhum escritórios situados fora do Brasil e participação societária somente no Uruguai e nos paraísos fiscais Ilhas Cayman e Bahamas. Outro aspecto relevante de se pontuar, e muito claro diante dos dados colhidos, refere-se aos escritórios de representação, explicitamente a forma menos prestigiada de investimento e inserção internacional.

Conforme se observa no gráfico 1, os dados de 2005 e 2010 referem-se a todos os bancos brasileiros de alguma maneira envolvidos no processo de internacionalização, e não apenas ao Banco do Brasil, Itaú/Unibanco e BTG Pactual. Em 2005, relativamente a todos os bancos brasileiros em algum grau internacionalizados, a América Latina figurava atrás de paraísos fiscais, da Ásia e da Europa em agências. As 21 agências da Ásia situavam-se no Japão e metade das agências da Europa localizavam-se em Portugal. Em

relação às participações societárias, importante notar que a Ásia não consistia numa região interessante, ao passo que a América Latina, os paraísos fiscais e a Europa lideravam o interesse das instituições bancárias brasileiras.

Gráfico 1 – Regiões com dependências e/ou participações societárias de bancos brasileiros no exterior entre 2005 e 2010

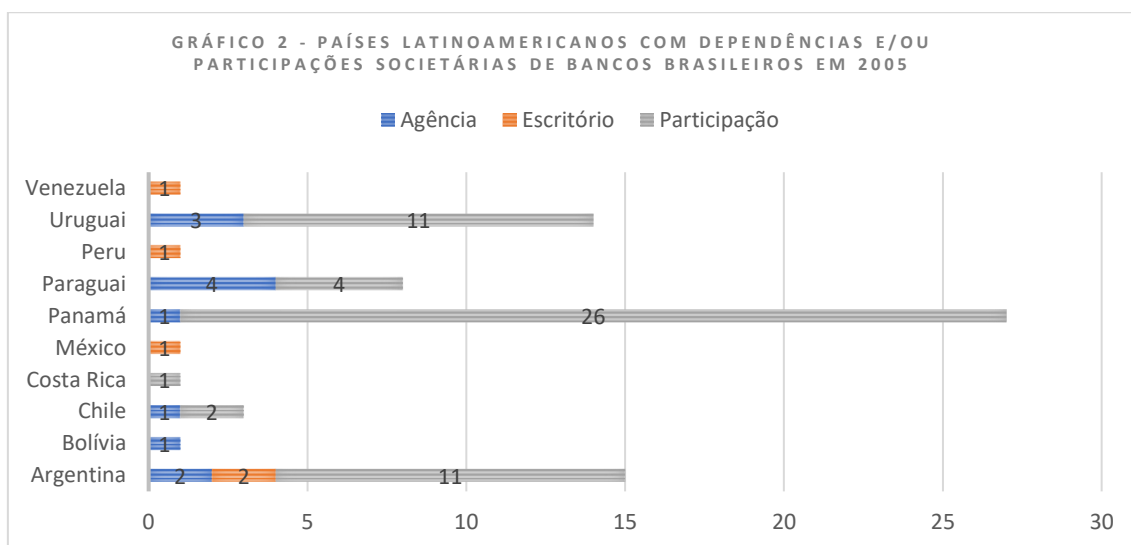


Fonte: elaboração própria a partir dos Relatório de Evolução do SFN – dezembro 2005 e dezembro 2010

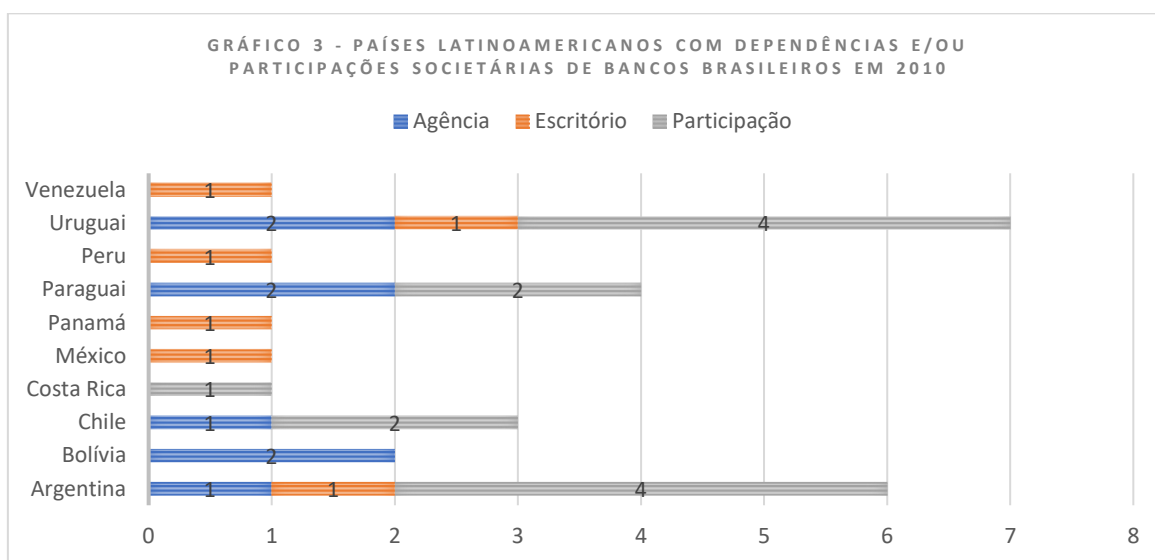
Como se observa nos gráficos 2 e 3, praticamente metade das participações societárias na América Latina situavam-se no Panamá, que em 2010 perdeu a importância de maneira abrupta: de 26, em 2005, para nenhuma, em 2010!

Outro processo interessante explicitado nos gráficos 2 e 3 é o declínio generalizado da projeção internacional dos bancos brasileiros em 2010, muito provavelmente devido à crise econômica de 2008, que começou no sistema financeiro norte-americano e que rapidamente alcançou escala mundial. As participações dos bancos selecionados na Argentina e no Uruguai, onde eram marcantes, caíram mais da metade (de 11, em 2005, para 4, em 2010). Os escritórios mantiveram-se sem alterações significativas. Apesar da diminuição do número de agências na Argentina, Uruguai e Paraguai, e da retirada da única agência no Panamá, foi aberta uma nova agência na Bolívia, totalizando 2. Extrai-se que, em linhas gerais, a Argentina e o Uruguai, entre

2005 e 2010, eram os países de destino mais prestigiados pelas estratégias de internacionalização dos bancos brasileiros.



Fonte: elaboração própria a partir do Relatório de Evolução do SFN – dezembro 2005



Fonte: elaboração própria a partir do Relatório de Evolução do SFN – dezembro 2010

Como já mencionado, o Banco Itaú, o Banco do Brasil e o BTG Pactual são as instituições bancárias em que se identificou números expressivos a respeito da expansão no plano internacional e estratégias explícitas nesse sentido. Por esta razão, os dados empíricos colhidos restringem-se a estes bancos.

As Tabelas 3 e 4, expostas a seguir, constituem o resultado mais refinado da pesquisa empírica que realizamos. Em função do detalhamento dos dados fornecidos pelos Relatórios do Banco Central, foi possível discriminar a quantidade e a localização

específica das agências, escritórios e subsidiárias de cada um dos bancos selecionados. É incrível a ascensão da importância do BTG Pactual atrelada à internacionalização do banco, associada quase que exclusivamente à estratégia de abertura de subsidiárias. Na América Latina, por exemplo, em termos de subsidiárias, superou o Itaú em 2017 e o Banco do Brasil em 2020, tornando-se o banco brasileiro com o maior número de subsidiárias na América Latina. Por sua vez, o banco Itaú/Unibanco deu continuidade à política internacional das subsidiárias. Manteve-se sem agências na América Latina e, em 2020, fechou os escritórios. No entanto, permaneceu como um dos bancos de maior expressão internacional. No plano geral, o Banco do Brasil ainda se conserva como o banco de maior envergadura internacional, inclusive na América Latina. Embora tenha sido ultrapassado pelo BTG Pactual em termos de subsidiárias, é o único banco que se insere em todas as regiões com agências e subsidiárias. Por exemplo, na América Latina, está presente nas três formas – agências, escritórios e subsidiárias.

Tabela 3 – Número de agências, escritórios e subsidiárias do Banco do Brasil, do Itaú/Unibanco e do BTG Pactual nas regiões mundiais nos anos de 2015, 2017 e 2020

Ano Região/Dependência	2015			2017			2020		
	Bancos	BB	Itaú	BTG	BB	Itaú	BTG	BB	Itaú
América Latina	16	14	13	14	10	14	13	7	15
<i>Agência</i>	6	-	-	4	-	-	4	-	-
<i>Escritório</i>	5	3	-	5	3	-	4	-	-
<i>Subsidiária</i>	5	11	13	5	7	14	5	7	15
EUA	7	4	2	6	4	2	6	4	2
<i>Agência</i>	2	1	-	2	1	-	2	1	-
<i>Escritório</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Subsidiária</i>	5	3	2	4	3	2	4	3	2
Europa	4	3	14	4	2	3	4	5	2
<i>Agência</i>	2	-	1	2	-	1	2	-	-
<i>Escritório</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<i>Subsidiária</i>	2	3	13	2	2	2	2	5	2
Ásia	5	4	2	5	1	1	5	0	0
<i>Agência</i>	4	1	-	4	1	-	4	-	-
<i>Escritório</i>	-	1	-	-	-	-	-	-	-
<i>Subsidiária</i>	1	2	2	1	-	1	1	-	-

Fonte: elaboração própria a partir dos Relatórios de Evolução do SFN – dezembro 2015, dezembro 2017 e dezembro 2020

Depois de analisar a importância da América Latina em relação às outras regiões do mundo nos processos de internacionalização do Banco do Brasil, do Itaú/Unibanco e do BTG Pactual, mostra-se necessário aprofundar o exame da atuação desses bancos

especificamente na América Latina, para que assim seja possível conhecer em quais países esses bancos efetivamente se internacionalizaram.

Tabela 4 - Número de subsidiárias de bancos nacionais em países latino-americanos (2015-2020)

Ano/país	2015		2020	
	Agência	Subsidiária	Agência	Subsidiária
Argentina	1	6	1	7
Itaú	-	2	-	2
BTG	-	-	-	1
Banco do Brasil	1	4	1	4
Bolívia	2	0	1	0
Itaú	-	-	-	-
BTG	-	-	-	-
Banco do Brasil	2	-	1	-
Chile	1	7	1	5
Itaú	-	3	-	1
BTG	-	4	-	4
Banco do Brasil	1	-	1	-
Colômbia	0	5	0	6
Itaú	-	1	-	-
BTG	-	4	-	6
Banco do Brasil	-	-	-	-
México	0	2	0	2
Itaú	-	1	-	-
BTG	-	1	-	2
Banco do Brasil	-	-	-	-
Panamá	0	1	0	0
Itaú	-	-	-	-
BTG	-	1	-	-
Banco do Brasil	-	-	-	-
Paraguai	2	1	1	2
Itaú	-	1	-	2
BTG	-	-	-	-
Banco do Brasil	2	-	1	-
Peru	0	3	0	2
Itaú	-	-	-	-
BTG	-	3	-	2
Banco do Brasil	-	-	-	-
Uruguai	0	4	0	3
Itaú	-	3	-	2
BTG	-	-	-	-
Banco do Brasil	-	1	-	1

Fonte: elaboração própria a partir dos Relatórios de Evolução do SFN – dezembro 2015 e dezembro 2020

Por fim, a tabela 4 oferece dados mais detalhados na medida em que mostra os números a respeito da instalação de agências e subsidiárias dos três principais bancos brasileiros internacionalizados por país da região. Em suma, se a terceira tabela revelou a expansão de cada banco nas regiões como um todo, na quarta propôs-se refinar os dados através do levantamento da atuação de cada banco em cada país da região da América Latina. Dessa forma, além de descobrir quantitativamente qual o banco brasileiro mais internacionalizado e qual o país da América Latina que mais sentiu o ingresso de bancos brasileiros na sua estrutura bancária doméstica, pode-se discriminar a importância relativa de cada país para cada instituição bancária.

É inequívoco que a Argentina continua com o posto de país mais importante para os investimentos dos bancos brasileiros. Apenas o Banco do Brasil possui agência na Argentina. Em contrapartida, os três bancos selecionados contêm subsidiárias nesse país. O Banco do Brasil e o Itaú mantiveram respectivamente 4 e 2 subsidiárias na Argentina, ao passo que o BTG, que em 2015 não estava inserido no país, conta com a primeira em 2020.

Percebe-se que o Chile e a Colômbia são claramente destinos estratégicos do BTG Pactual. O Itaú também marca presença no Chile, ainda que em declínio, pois de 3 subsidiárias, em 2015, possui apenas uma em 2020, enquanto na Colômbia deixou de ter a única subsidiária que possuía. Assim, é claramente o BTG que desponta no Chile e na Colômbia, com 4 e 6 subsidiárias, respectivamente. O Banco do Brasil manteve sua única agência no Chile e permaneceu sem atuar na Colômbia.

Como já anteriormente pontuado, o Panamá chegou a ter, em 2005, 26 participações societárias, quando somadas as atuações de todos os bancos brasileiros no país. Já entre os bancos selecionados, em 2015 apenas o BTG possuía uma subsidiária, a qual não contava mais em 2020. Por sua vez, no Peru, entre 2015 e 2020, somente o BTG constituiu subsidiárias, não havendo agência de nenhuma das três instituições bancárias nesse período. Explicitados os países em que o BTG Pactual avançou em termos de internacionalização, nos pareceu ainda importante assinalar que, ao que os números indicam, o Uruguai não fez parte do feixe de destinos atraentes a esse banco. De todos os quadros, tabelas e gráficos apresentados, sempre houve referência ao Uruguai, ainda que tímido em alguns momentos. Na primeira década do século XXI, este país era mais atrativo aos investimentos bancários brasileiros. Em 2020, contudo, sua importância declinou de tal modo que não havia agência de nenhum dos bancos selecionados e apenas 1 subsidiária do Banco do Brasil e outras duas do Itaú. Os números concernentes à Bolívia

e ao México continuaram estacionados, e bastante acanhados (em comparação com os demais países do continente).

Considerações finais

A partir da revisão bibliográfica realizada sobre os fenômenos da financeirização e da estrutura bancária brasileira, formou-se um conjunto de conceitos e temas que serviu de alicerce para que pudéssemos posteriormente analisar de forma mais empírica o fenômeno da internacionalização recente dos bancos brasileiros, principal objeto desta pesquisa. Ainda que nem todos os termos e discussões estabelecidas nos capítulos 1 e 2 tenham sido retomados no capítulo 3, sua confecção foi fundamental para que nos apropriássemos mais de perto do universo do “capitalismo sob domínio das finanças” e da própria internacionalização bancária.

Por outro lado, o âmbito empírico da pesquisa foi a grande dificuldade enfrentada na execução da investigação. Os próprios recortes temporais que tivemos que estabelecer refletem esta “fragilidade” dos dados disponíveis, visto que o detalhamento das informações empíricas levantadas mostraram-se insuficientes para que os dados fossem trabalhados uniformemente desde 2000 até 2020. A busca por outras fontes para compor a pesquisa documental foi o maior entrave da pesquisa. Foi preciso lançar mão de uma certa “engenharia” no manuseio e apresentação dos dados para que fosse alcançado o objetivo de mostrar a evolução da internacionalização bancárias brasileira na América Latina desde a reestruturação bancária que atravessou o Brasil na década de 1990.

A financeirização, como foi visto, compreende processos de caráter econômico, político, social e espacial, fruto da combinação de desregulamentação, dos avanços tecnológicos atrelados à informação e às telecomunicações informatização e da globalização das finanças. Esse processo elevou o capital financeiro à centralidade da economia capitalista e ao cerne da lógica do atual regime de acumulação.

Foi também neste contexto da financeirização que as instituições bancárias se expandiram para além dos territórios nacionais, e difundiram seus fixos geográficos (subsidiárias, agências ou escritórios) através do processo de internacionalização bancária. No Brasil, no capitalismo regido pelas finanças, os bancos são um dos principais agentes do sistema financeiro brasileiro e a lógica da atuação das instituições bancárias brasileiras constitui um elemento importante da financeirização do território brasileiro e da América Latina.

Do que se observou da internacionalização dos bancos brasileiros, em síntese, os resultados alcançados pela pesquisa demonstram que o Banco do Brasil permanece como o banco brasileiro de maior expressão internacional e o único que se insere em todas as

continentes do globo nas formas de agências e subsidiárias. Na América Latina, os investimentos do Banco do Brasil encontram-se nas três formas: agências, escritórios de representação e subsidiárias. De acordo com os dados colhidos, conclui-se que o Banco do Brasil manteve sua política de internacionalização perene e deu continuidade ao seu tamanho no exterior. O Itaú/Unibanco, embora tenha fechado os escritórios na América Latina e permanecido sem agências na região, deu seguimento à estratégia de inserção internacional pela via das subsidiárias, alargando sua envergadura na América Latina e mantendo-se como um dos bancos brasileiros de maior expressão internacional. Por sua vez, está claro que a estratégia de projeção internacional do BTG Pactual concentra-se na via das subsidiárias, e a implementou em tal dimensão que o fez o maior banco brasileiro com subsidiárias na América Latina ao superar o Itaú/Unibanco em 2017 e o Banco do Brasil em 2020.

Referências bibliográficas

- ARIENTI, Patrícia F. F. Reestruturação e consolidação do sistema bancário privado brasileiro. **Ensaio FEE**, v. 28, n. 2, 2007.
- ASSIS, Rivânia Lúcia Moura de. Expropriação financeira, crédito consignado e contrarreforma da previdência: elos da financeirização. **Argumentum**, v. 9, n. 3, p. 52-64, 2017.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?. **Pesquisa e planejamento econômico**, v. 21, n. 1, p. 3-23, 1991.
- BRUNO, Miguel; CAFFE, Ricardo. Estado e financeirização no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, v. 26, p. 1025-1062, 2017.
- CHESNAIS, François. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. **Economia e Sociedade**, v. 11, n. 1, p. 1-44, 2002.
- _____. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, v. 5, n. 2, 2001.
- CONTEL, Fábio Betioli. Território e finanças. Técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil. Tese (Doutorado). São Paulo: FFLCH/Universidade de São Paulo, 2006.
- _____. Espaço geográfico, sistema bancário e hipercapilaridade do crédito no Brasil. **Caderno CRH**, n. 55, p. 119-134, 2009.
- _____. As finanças e o espaço geográfico: contribuições centrais da geografia francesa e da geografia brasileira. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 61, n. 1, p. 59-78, 2016.
- COSTA, Fernando Nogueira da. Bancos e Crédito no Brasil: 1945-2007. **História e economia**, v. 4, n. 2, p. 249-276, 2008.
- COSTA, Armando Dalla; SOUZA-SANTOS, Elson Rodrigo. A internacionalização dos bancos brasileiros: os casos de Itaú/Unibanco e Banco do Brasil. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 6, n. 1, 2010.
- _____. A internacionalização do Banco do Brasil em dois momentos distintos de sua história. **Revista Economia & Tecnologia**, v. 7, n. 3, 2011.
- DAHER, Antonio. Externalidades territoriales de la gobernanza financiera global. *EURE*, n.42 (126), pp.213-236, 2016.
- DIAS, Leila Christina. Por que os bancos são o melhor negócio do país? Hegemonia financeira e geografia das redes bancárias. In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de [Org.]. *Que país é esse? Pensando o Brasil contemporâneo* – São Paulo: Globo, 2005.

- FREITAS, Maria Cristina. Penido de. A Internacionalização do Sistema Bancário Brasileiro. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Textos para discussão n. 1566, Brasília, Janeiro, 2011.
- GUTTMANN, Robert. Uma introdução ao capitalismo dirigido pelas finanças. **Novos estudos CEBRAP**, p. 11-33, 2008.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna. Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. Edições Loyola, 1992.
- _____. O neoliberalismo: história e implicações - 5. ed. - São Paulo: Editora Loyola, 2014.
- JABRA, Diana Hanna Stiphan. A falta de internacionalização dos bancos brasileiros. Tese de Doutorado. São Paulo: FEA/Universidade de São Paulo, 2018.
- KATZUMATA, Suzi. Tesouro dos EUA injeta bilhões em nove bancos. Estadão, São Paulo, 29 de outubro de 2008. Seção Economia. Disponível em <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,tesouro-dos-eua-injeta-bilhoes-em-nove-bancos,269076>>
- LAPAVITSAS, Costas. Financialised capitalism: Crisis and financial expropriation. **Historical materialism**, v. 17, n. 2, p. 114-148, 2009.
- _____. Theorizing financialization. **Work, employment and society**, v. 25, n. 4, p. 611-626, 2011.
- MELLO, Renato Cotta de; ROCHA, Angela da. Internacionalização de um banco brasileiro no Mercosul: Itaú Buen Ayre. In: ROCHA, Angela da [Org.]. As novas fronteiras: a multinacionalização das empresas brasileiras – Rio de Janeiro: Mauad, 2003.
- MONTENEGRO, Marina Regitz. Da financeirização ao lugar: dos nexos hegemônicos às contra-recionalidades do cotidiano. **GEOgraphia**, v. 19, n. 40, p. 92-106, 2017.
- NUNES, Carlos Cesar de Camargo; SERRA, Fernando A. Ribeiro; FERREIRA, Manuel Portugal. Internacionalização bancária brasileira: Estudo de caso do Banco Itaú. **Revista Eletrônica do Mestrado em Administração da Universidade Potiguar – RAUnP**, Ano III, n. 2, pp. 57-74, abr./set. 2011.
- PASTI, André; SILVA, Adriana Maria Bernardes da. O mercado de capitais e os círculos de informações financeiras no território brasileiro. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasilera de geografia**, n. 19, 2013.
- PAULETTO, Fernando Cezar. Internacionalização bancária: estudo de caso do Banco BTG Pactual. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2019.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe.

Pesquisa Documental: pistas teóricas e metodologia. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Rio Grande, Ano I, n. 1, pp. 1-15, Julho, 2009.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção - 4. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

_____; SILVEIRA, María Laura. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI - Rio de Janeiro: Record, 2001.

TEIXEIRA, Natermes Guimarães. O sistema bancário brasileiro e suas transformações frente à atual crise. **Campinas: IE/UNICAMP**, 1985.